



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 105

95ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Mensagens 03

Indicações 09

Designações 10

Requerimentos 10

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 18

Dep. Elio Rusch 19

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 20

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....26

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício28

Liderança dos Democratas

Dep. Plauto Miró29

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost30

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente33

Discussão/Votação

Redação Final33

3ª Discussão34

2ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos41

Encerramento da Sessão44

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....44

DIÁRIO Nº 105

95ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

04 DE SETEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Ademair Traiano, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Francisco Bühner e Luiz Malucelli (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 276/07 e 284/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

Projeto de Lei Complementar nº 460/07: de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão, que dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 108/05, conforme especifica, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 121. **Anote-se - Arquite-se.**

146/07: de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o ano de 2008 como o Ano do Intercâmbio Brasil/Japão, o qual convertido em Lei tomou o nº 15613. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 277/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 242/07, por falta de interesse público por motivos que expõe. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 278/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 442/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 279/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 401/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 280/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 388/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, por julgá-lo contrário ao interesse público, por motivos que expõe. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 281/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 321/07, por julgá-lo, tal como está posto, inconstitucional, tendo em vista tratar-se de matéria disposta no Código de Trânsito Brasileiro. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 282/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 258/07, por julgá-lo inconstitucional, pelos motivos que expõe. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 283/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 324/07, por julgá-lo inconstitucional, tendo em vista que a matéria relativa às unidades lotéricas é de competência da união, por serem os serviços das lotéricas vinculados às normas da Caixa Econômica Federal, empresa pública do âmbito federal. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Mensagens

MENSAGEM Nº 035/07

Curitiba, 29 de agosto de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei dispondo que o efetivo da Polícia Militar do Paraná fixado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência, fica acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, conforme especifica e adota outras providências.

A adiante transcrita justificativa, da lavra da Secretaria de Estado da Segurança Pública, apresenta detalhamento necessário quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida a medida ora proposta:

“Companhia Independente Portuária

1. JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por escopo criar a Companhia Independente Portuária a ser instalada no município de Paranaguá, assumindo exclusivamente o policiamento especializado nos Portos de Paranaguá e Antonina.

A criação da Companhia Independente Portuária é uma necessidade premente para proporcionar o nível de segurança e proteção das instalações, áreas internas, externas, adjacentes e atividades portuárias exigidos pelo Plano Nacional de Segurança Pública Portuária, bem como pelas proposições e recomendações do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), oriundo da Resolução nº 2 da Conferência Diplomática sobre Proteção Marítima, no âmbito da IMO, de dezembro de 2002.

O atendimento das exigências internacionais de segurança é fundamental para atrair e manter o interesse dos diversos países que têm envolvimento comerciais com o Brasil, sendo importante salientar que o porto de Paranaguá é o maior exportador de grãos do país e é um ponto estratégico de extrema relevância no cenário nacional.

Atualmente os portos de Antonina e Paranaguá são atendidos pelo 9º Batalhão de Polícia Militar, que também é responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública nos municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná.

Para cumprir seu mister, o 9º BPM conta com um efetivo previsto de 292 policiais militares, divididos em duas Companhias, sendo uma para o policiamento geral e outra para o policiamento nos portos de Paranaguá e Antonina.

Esse efetivo estava adequado à época em que foi fixado, porém, temos que considerar que a população litorânea aumentou significativamente, totalizando hoje aproximadamente 268 mil habitantes, sem contar a população flutuante, que visita o litoral nos finais de semana e,

principalmente, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, na temporada de veraneio.

Nesse diapasão, cabe pontuar que não obstante o deslocamento de um grande efetivo para a Operação Verão, durante os meses da temporada de veraneio, frequentemente os feriados e finais de semana registram um grande fluxo de veranistas no litoral, períodos em que se conta apenas com o efetivo do 9º BPM.

Simultaneamente aos advenços inerentes à temporada de verão, a vida ao entorno do porto prossegue com suas características peculiares e começa a se multiplicar com o início da safra, fazendo com que o número de caminhões e pessoas nas áreas internas, externas e adjacentes aos portos do estado aumente significativamente. Surgem delitos específicos, roubo de carga, danos ao patrimônio, fraudes, contrabando, descaminho, sonegações fiscais, venda de produtos ilegais e diversos outros que necessitam de prevenção e repressão especializada, justificando-se a criação da Companhia Independente ora proposta.

Para que a Companhia Independente Portuária tenha a configuração acima consignada serão necessários os recursos humanos descritos na tabela seguinte:

| Posto Grad. | TC | Maj | Cap | 1º Ten | 2º Ten | Subte n | 1º Sgt | 2º Sgt | 3º Sgt | CB | Sd | Total |
|-------------|----|-----|-----|--------|--------|---------|--------|--------|--------|----|----|-------|
| Qtde | | 1 | 1 | 3 | | 1 | 2 | 4 | 8 | 10 | 65 | 90 |

Esses novos cargos serão distribuídos pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná e conforme o Quadro de Organização Geral e Plano de Desdobramento a serem estabelecidos pelo Comandante-Geral.

2. IMPACTO FINANCEIRO

2.1 Pessoal

Para a criação da Companhia Independente Portuária há a necessidade de se criar 95 vagas de Soldado a Tenente-Coronel, sendo que o seu preenchimento dar-se-á através de promoções internas, havendo, assim, o impacto financeiro decorrente da diferença salarial entre o cargo criado e a base da carreira (para os Oficiais o vencimento de Aspirante e para as Praças o vencimento de Soldado), conforme demonstra a tabela seguinte:

| POSTO/GRADUAÇÃO | QUANTIDADE | DIFERENÇA SALARIAL | TOTAL (R\$) |
|-----------------|------------|--------------------|-------------|
| Major | 1 | 5.306,40 | 5.306,40 |
| Capitão | 1 | 3.988,74 | 3.988,74 |
| 1º Tenente | 3 | 1.241,98 | 3.725,94 |
| Subtenente | 1 | 809,37 | 809,37 |
| 1º Sgt | 2 | 601,55 | 1.203,10 |
| 2º Sgt | 4 | 447,94 | 1.791,76 |
| 3º Sgt | 8 | 307,73 | 2.461,84 |
| Cb | 10 | 110,64 | 1.106,40 |
| Total | | | 20.393,55 |

Oportunamente, conforme a disponibilidade financeira do estado e autorização do Exmo. Chefe do Poder

Executivo, serão incluídos os 90 (noventa) Soldados necessários para suprir as vagas decorrentes da criação da

Companhia Independente Portuária, o que representará um custo mensal de R\$ 140.630,40 (cento e quarenta mil, seiscentos e trinta reais e quarenta centavos), considerando o vencimento básico de R\$ 1.562,56 (um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Desta forma, no que concerne à pessoal, o impacto financeiro mensal imediato para a implantação do presente projeto é de R\$ 20.393,55 (vinte mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Cabe salientar que a futura inclusão de Soldados ocorrerá de maneira gradual, conforme a disponibilidade financeira do estado e mediante autorização do Exmo. Chefe do Poder Executivo, de modo que o impacto financeiro poderá ser planejado antecipadamente pelo estado.

2.2 Sedes, viaturas, mobiliário, armamentos, equipamentos e demais materiais

No que se refere a viaturas, mobiliário, armamentos, equipamentos e demais materiais permanentes e de consumo, inicialmente será realizado um remanejamento interno do patrimônio da Corporação, de forma a dar suporte à instalação da Companhia Independente Portuária, incluindo-se, a partir de então, as novas necessidades no orçamento anual da Polícia Militar.

A sede da Companhia será em instalações físicas já pertencente ao estado e que está sob a administração da PMPR.

3. ABRANGÊNCIA CIRCUNSCRICIONAL DA COMPANHIA INDEPENDENTE PORTUÁRIA

Áreas internas, externas e adjacentes dos Portos de Paranaguá e Antonina.

4. OPERACIONALIZAÇÃO LEGAL DO PROJETO

Para a implementação da proposta é preciso que seja alterada a Lei de Fixação do Efetivo da PMPR que estiver em vigência na data da publicação deste anteprojeto, majorando o contingente geral da Polícia Militar em 90 militares estaduais, conforme minuta de anteprojeto, que segue em anexo.

Após sancionada a nova Lei de Fixação do efetivo, será necessária a edição de decreto governamental (minuta anexo), a fim de ser criada efetivamente a nova unidade operacional, atendendo assim o disposto no artigo 68 da Lei Estadual nº 6774, de 8 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), que diz:

Art. 68. Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução

da Polícia Militar, de acordo com a organização básica prevista nesta lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta do Comandante-Geral, observada a legislação específica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, cabe finalizar com a assertiva de que a criação da Companhia Independente Portuária irá implementar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública nas áreas internas, externas e adjacentes dos portos de Paranaguá e Antonina, aprimorando sobremaneira o nível de segurança dos usuários do sistema portuário em geral.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência na data da publicação desta lei, fica acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, de acordo com os quantitativos fixados nos Anexos I e II desta lei.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 2º O inciso III, do artigo 37, da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37...

III - Companhia Independente de Polícia Portuária (Cia Ind P Port - Pel P Port - Gp Port): encarregada exclusivamente do policiamento ostensivo preventivo repressivo e permanência em áreas portuárias, visando a proteção das atividades portuárias e a segurança dos usuários em geral.”

Art. 4º O aumento do efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do estado.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

ANEXO 1

Quantitativo a ser acrescido ao resumo dos quadros de oficiais da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

| QUADROS | | CEL | TC | MAJ | CAP | 1º TEN | 2º TEN | SOMA |
|-----------|---------|-----|----|-----|-----|--------|--------|------|
| QOPM | | | | 1 | 1 | 3 | | 5 |
| QOBM | | | | | | | | |
| QOS | PM Med | | | | | | | |
| | PM Dent | | | | | | | |
| | PM Bioq | | | | | | | |
| | PM Vet | | | | | | | |
| QOA/QEOPM | | | | | | | | |
| QCPM | | | | | | | | |
| QOE | Músicos | | | | | | | |
| TOTAL | | | | 1 | 1 | 3 | | 5 |

ANEXO 2

Quantitativo a ser acrescido ao resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

| GRAD. QPMG | ST | 1º SGT | 2º SGT | 3º SGT | CB | SD | SOMA |
|---------------|----|--------|--------|--------|----|----|------|
| 1 - PRAÇAS PM | 1 | 2 | 4 | 8 | 10 | 65 | 90 |
| 2 - PRAÇAS BM | | | | | | | |
| TOTAL | 1 | 2 | 4 | 8 | 10 | 65 | 90 |

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 036/07

Curitiba, 29 de agosto de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência, fica acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, conforme específica e adota outras providências.

A adiante transcrita justificativa, da lavra da Secretaria de Estado da Segurança Pública, apresenta detalhamento necessário quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida a medida ora proposta:

“BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

1. JUSTIFICATIVA

A educação, ao lado da saúde e da segurança, são necessidades básicas do ser humano, sendo dever do estado assegurar prioritariamente, entre outros, o exercício pleno desses direitos fundamentais.

O homem, para viver em sociedade, necessita estar constantemente inserido no processo educacional que começa nos primeiros dias de vida, em sua própria casa, e prossegue na escola, como uma extensão do seu lar, onde se adquirem e ampliam conhecimentos e comportamentos, formando a bagagem que vai ser utilizada em toda a vida.

Nessa esteira, o ambiente escolar deveria ser um local onde as crianças e os adolescentes somente recebessem conhecimentos úteis para a boa formação do cidadão de amanhã, porém, em face da suscetibilidade dos jovens, a escola se tornou um terreno fértil para a ação delituosa de maus fatores que se aproveitam da

inocência dos jovens para corrompê-los aos seus desígnios.

Atento a esta realizada preocupante que assola os estabelecimentos de ensino do Brasil e do mundo, a partir de 2004, o Governo do Estado tem-se feito presente nas escolas através do Programa Patrulha Escolar Comunitária que tem como atividade básica, o patrulhamento ostensivo preventivo e a permanência em áreas internas e externas, adjacentes aos estabelecimentos de ensino, através de ações pró-ativas, atuando supletivamente na repressão a crimes e atos infracionais.

A preservação da ordem nas escolas se dá através da filosofia de Polícia Comunitária, direcionada especificamente para a segurança da comunidade escolar, pela aproximação nos estabelecimentos de ensino, proporcionando esclarecimentos de dúvidas sobre o trabalho policial e o assessoramento à escola quanto à segurança e ainda a inte-

ração com a comunidade escolar e autoridades, além da consultoria na área de segurança para os Diretores.

Os resultados obtidos pelo programa são ótimos e têm sido objeto de extensos elogios veiculados na imprensa falada, escrita e televisionada, porém acredita-se que eles podem ser otimizados ainda mais com a criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária tendo em vista a padronização de ações, capacitação, treinamento e fixação do homem na sua base de atendimento.

2. RECURSOS NECESSÁRIOS

Considerando as peculiaridades da atividade, a população escolar, e os dados estatísticos compilados ao longo da atuação da Patrulha Escolar Comunitária, inferiu-se que são necessários os seguintes recursos humanos para o eficaz funcionamento do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária:

| Posto Grad. | TC | Maj | Cap | 1º Ten | 2º Ten | Sub ten | 1º Sgt | 2º Sgt | 3º Sgt | Cb | Sd | Total |
|-------------|----|-----|-----|--------|--------|---------|--------|--------|--------|----|-----|-------|
| Qtde | 1 | 1 | 7 | 10 | 8 | 2 | 5 | 6 | 18 | 40 | 402 | 500 |

Há que se considerar que, atualmente, já existe um efetivo de 300 (trezentos) Praças empregados exclusivamente na atividade de patrulha escolar, os quais são coordenados por Oficiais que desempenham outras atividades.

Sendo assim, existe a necessidade de se criar apenas 200 (duzentas) novas vagas, sendo 27 (vinte e sete) de Oficiais e 173 de Praças.

A distribuição individualizada em cada função a ser exercida pelos Oficiais e Praças do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, será a constante dos Quadros de Organização e plano de desdobramento a serem estabelecidos pelo Comandante-Geral.

3. IMPACTO FINANCEIRO

3.1 Pessoal

Como foi dito, para a criação Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, há a necessidade de se criar 200 vagas de Soldado a Tenente-Coronel, sendo que o seu preenchimento dar-se-á através de promoções internas, havendo, assim, o impacto financeiro decorrente da diferença salarial entre o cargo criado e a base da carreira (para os Oficiais o vencimento de Aspirante e para os Praças o vencimento de Soldado), conforme demonstra a tabela seguinte:

| POSTO/GRADUAÇÃO | QUANTIDADE | DIFERENÇA SALARIAL | TOTAL (R\$) |
|-----------------|------------|--------------------|-------------|
| Tenente-Coronel | 1 | 6.595,51 | 6.595,51 |
| Major | 1 | 5.306,40 | 5.306,40 |
| Capitão | 7 | 3.988,74 | 27.921,18 |
| 1º Tenente | 10 | 1.241,98 | 12.419,80 |
| 2º Tenente | 8 | 695,73 | 5.565,84 |
| Subtenente | 2 | 809,37 | 1.618,74 |
| 1º Sgt | 4 | 601,55 | 2.406,20 |
| 2º Sgt | 5 | 447,94 | 2.239,70 |
| 3º Sgt | 15 | 307,73 | 4.615,95 |
| Cb | 30 | 110,64 | 3.319,20 |
| Total | | | 72.008,52 |

Oportunamente, conforme a disponibilidade financeira do estado e autorização do Exmo. Chefe do Poder Executivo, serão incluídos os 117 (cento e dezessete) Soldados necessários para suprir as vagas decorrentes da criação do Batalhão de Patrulha Escolar, o que representará um custo mensal de R\$ 182.819,52 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), frente ao vencimento básico de R\$ 1.562,56 (um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Desta forma, no que concerne à pessoal, o impacto financeiro mensal imediato para a implantação do presente projeto é de R\$ 72.008,52 (setenta e dois mil e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Cabe salientar que a futura inclusão de Soldados ocorrerá de maneira gradual, conforme a disponibilidade financeira do estado e mediante autorização do Exmo. Chefe do Poder Executivo, de modo que o impacto financeiro poderá ser planejado antecipadamente pelo estado.

3.2 Sedes, viaturas, mobiliário, armamentos, equipamentos e demais materiais

No que se refere a viaturas, mobiliário, armamentos, equipamentos e demais materiais permanentes e de consumo, inicialmente será realizado um remanejamento interno do patrimônio da Corporação, de forma a dar suporte à instalação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, incluindo-se, a partir de então, as novas necessidades no orçamento anual da Polícia Militar.

A sede do Batalhão e das Companhias será em instalações físicas já pertencentes ao estado.

4. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DO BPEC

O Batalhão de Polícia Escolar Comunitária terá sede em Curitiba e circunscrição em todo o estado do Paraná, estando dividido em 4 Companhias de Patrulha Escolar Comunitária, sediadas nos municípios de Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina.

5. OPERACIONALIZAÇÃO LEGAL DO PROJETO

Para a implementação da proposta é preciso que seja alterada a Lei de Fixação do Efetivo da PMPR que estiver em vigência na data da publicação deste anteprojeto, majorando o contingente geral da Polícia Militar em 200 militares estaduais, conforme minuta de anteprojeto, que segue em anexo.

Após sancionada a nova Lei de Fixação de Efetivo, será necessária a edição de decreto governamental (minuta anexa), a fim de ser criada efetivamente a nova unidade operacional, atendendo assim o disposto no artigo 68 da Lei Estadual nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), que diz:

Art. 68. Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de

direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução da Polícia Militar, de acordo com a organização básica prevista nesta lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta do Comandante-Geral, observada a legislação específica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, cabe finalizar com a assertativa de que a criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária irá implementar o policiamento ostensivo e preventivo nas escolas paranaenses, aprimorando, sobremaneira, a atuação preventiva, proativa e comunitária da Polícia Militar na proteção de toda a comunidade escolar.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência na data da publicação desta lei, fica acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, de acordo com os quantitativos fixados nos Anexos I e II desta lei.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 2º O artigo 37, da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), fica acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

“Art. 37...

XII - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC - Cia PEC - Pel PEC - Gp PEC): encarregado do patrulhamento escolar ostensivo preventivo e permanência em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atuando supletivamente na repressão a crimes e atos infracionais, visando a segurança dos alunos, a consultoria aos Diretores quanto à segurança e ainda a interação com a comunidade escolar e pais de alunos.”

Art. 3º O aumento do efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

ANEXO 1

Quantitativo a ser acrescido ao resumo dos quadros de oficiais da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

| QUADROS | | CEL | TC | MAJ | CAP | 1º TEN | 2º TEN | SOMA |
|-----------|---------|-----|----|-----|-----|--------|--------|------|
| QOPM | | | 1 | 1 | 7 | 10 | 8 | 27 |
| QOBM | | | | | | | | |
| QOS | PM Méd | | | | | | | |
| | PM Dent | | | | | | | |
| | PM Bioq | | | | | | | |
| | PM Vet | | | | | | | |
| QOA/QEOPM | | | | | | | | |
| QCPM | | | | | | | | |
| QOE | Músicos | | | | | | | |
| TOTAL | | | 1 | 1 | 7 | 10 | 8 | 27 |

ANEXO 2

Quantitativo a ser acrescido ao resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

| GRAD. QPMG | ST | 1º SGT | 2º SGT | 3º SGT | CB | SD | SOMA |
|---------------|----|--------|--------|--------|----|-----|------|
| 1 - PRAÇAS PM | 2 | 4 | 5 | 15 | 30 | 117 | 173 |
| 2 - PRAÇAS BM | | | | | | | |
| TOTAL | 2 | 4 | 5 | 15 | 30 | 117 | 173 |

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 274/07

SÚMULA:

Solicita a cessão de imóveis às prefeituras municipais do estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o Sr. Dr. Roberto Requião.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador do Estado, para solicitar providências para cessão, em regime de comodato, dos imóveis anteriormente ocupados pelas Agências de Rendas, de propriedade estadual, às prefeituras municipais do estado do Paraná, cujas populações não ultrapassem a casa dos 100 mil habitantes.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Com a desativação das Agências de Rendas Estaduais, diversos imóveis por elas ocupados encontram-se ociosos, sem destinação específica.

A grande maioria das associações comerciais e industriais do Paraná, notadamente as sediadas em municípios de médio e pequeno porte, não dispõem de sede própria, obrigando-se à locações que lhes custam consideráveis parcelas dos seus orçamentos, constituídos por contribuições ínfimas por parte das empresas filiadas.

Todos nós reconhecemos a importância das ações desenvolvidas pelas entidades de representação do comércio e da indústria paranaenses, aglutinando os seus associados em torno de objetivos e de conquistas para o desenvolvimento das suas atividades, todas elas geradoras de empregos e de tributos.

Informação procedente da Coordenadoria do Patrimônio do Estado da Secretaria da Administração e da Previdência a expediente nosso, esclarece que a doação

de imóveis estaduais é regulamentada pela Constituição Estadual, em seu artigo 10, que prega que os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno.

O requerimento que apresentamos e que originou a resposta acima, referia-se à doação de imóveis para as associações comerciais e industriais das cidades de Santa Isabel do Ivaí e Bandeirantes, conforme pleitos firmados por seus representantes legais.

Então, para nos enquadrarmos no explicitado pelo artigo regulador da questão, encarecemos ao nosso Governador de Estado, estudos para verificar a possibilidade da destinação desses imóveis, antes ocupados por Agências de Rendas, às prefeituras dos municípios, com populações iguais ou inferiores a 100 mil habitantes.

INDICAÇÃO Nº 275/07

SÚMULA:

Inclusão da disciplina de Ecologia e Meio Ambiente, no ensino público do estado do Paraná.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação:

1) O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja incluída na grade curricular do ensino fundamental e médio das escolas públicas do estado do Paraná a disciplina de Ecologia e Meio Ambiente.

2) Justifica-se tal Indicação pelo fato de que a Ecologia é um conceito que a maioria das pessoas já possui intuitivamente, ou seja, sabemos que nenhum organismo, sendo ele uma bactéria, um fungo, uma alga, uma árvore, um verme, um inseto, uma ave ou o próprio homem, pode existir autonomamente sem interagir com outros ou mesmo com o ambiente físico no qual ele se encontra.

Os nossos jovens, desde o ensino fundamental e médio, tendo a oportunidade de terem esses conceitos trabalhados com maior ênfase, nos traz a esperança de termos um mundo melhor no futuro, além de poder conscientizar os alunos que temos direito ao um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito este garantido em nossa Constituição Federal e Estadual.

Ser a favor da ecologia e da natureza é estar a favor do futuro. É estar aberto a idéias e atitudes que defendam os recursos naturais do planeta, a fauna e a flora, a água e o ar. Comprometer-se, respeitar e reciclar por uma vida melhor.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

INDICAÇÃO Nº 276/07

SÚMULA:

Liberação de uma ambulância para o município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de uma ambulância para o município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) DR. BATISTA

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Tadeu Veneri, para representar esta Casa de Leis na 3ª Conferência Estadual das cidades, como Delegado representante da Assembléia, nos dias 26 e 27 de setembro, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Rosane Ferreira (Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente), para representar esta Casa de Leis na VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos dias 14 a 16 de setembro de 2007, na cidade de Pinhão/PR.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Reni Pereira, para representar esta Casa de Leis nos dias 10 e 11 de setembro do corrente, na cidade de Brasília, na instalação dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária, na qualidade de Presidente da referida comissão junto à União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2642

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 154 anos de fundação da Polícia Civil no estado do Paraná, na data de 20 de setembro de 2007, às 17h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a Sessão Solene, para registrar essa importante data e prestar uma justa homenagem aos profissionais que, ao longo desses anos, contribuíram para o desenvolvimento da corporação, prestando relevantes serviços à comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transferência do uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de setembro, para o dia 18 de outubro, em homenagem ao Núcleo Regional de Educação na Área Norte.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja formalizado convite para que o Diretor Jurídico da ParanaPrevidência. Sr. Francisco Alpendre, compareça à Sessão Plenária do dia 10 de setembro de 2007, segunda-feira, para prestar esclarecimentos sobre denúncias feitas na “escolinha” de Governo da data de hoje, sobre irregularidades na montagem e análise dos processos de aposentadoria conduzidos pelo Ministério Público do Paraná para posterior envio à ParanaPrevidência.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Idelson Rottava, ocorrido na cidade de Toledo, em data de 02 de setembro de 2007.

Toledo e sua gente chora a morte do Sr. Idelson. Um grande homem, pioneiro, que ao lado de sua esposa e filhos, se dedicou com grande espírito comunitário e solidariedade humana ao bem coletivo e crescimento e desenvolvimento do município. Brava gente, firme, decidido, pai e esposo exemplar, pessoa destacada, respeitada e admirada por todos, pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se associa ao luto e à dor da família, transmitindo suas condolências para a esposa, filhos, noras, netos, parentes, amigos e para a população de Toledo.

Outrossim, requer seja encaminhado à família enlutada a decisão desta Casa de Leis, na pessoa de: Marlene Maria Rottava, R. Almirante Barroso, nº 2316, Toledo-PR, CEP: 85900-020.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Périus, ocorrido na cidade de Toledo, em data de 02 de setembro de 2007.

Um pioneiro que se vai. Homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Pessoa destacada, na vida pública exerceu o mandato de Vereador, representando, entre outras, a comunidade de Dez de Maio. Um homem de caráter que somava um conjunto de qualidades, respeitado e admirado pelo seu modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem da coletividade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se associa ao luto e à dor da família, transmitindo suas condolências para a esposa, filhos, genros, noras, parentes, amigos e para a população de Toledo.

Outrossim, requer seja encaminhado à família enlutada a decisão desta Casa de Leis, na pessoa de: Selmira Périus, R. Almirante Barroso, nº 2377, Toledo-PR, CEP: 85900-020.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Leopoldino de Abreu Neto, falecido no último dia 01 do corrente, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 01 nesta capital, aos 75 anos de idade, o Sr. Dr. Leopoldino de Abreu Neto, Diretor do Porto Barão de Teffé e ex-Prefeito de Antonina.

Era engenheiro civil e administrador de empresas. Esta era a segunda vez que dirigia o porto de Antonina, também tendo assumido a mencionada função em 2004, e antes disso, no primeiro Governo Dr. Roberto Requião. Esta era a segunda vez que dirigia o porto de Antonina, no período de 1993 a 1995.

Deixou viúva dona Marilena, 6 filhos e 3 netos.

O passamento do Sr. Leopoldino de Abreu Neto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais esquecerão a sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinho dispensado a todos, que sempre serão lembrados.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Abreu, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações e aplausos às autoridades e população do município de Mercedes, pela comemoração do 15º aniversário de criação e emancipação política, no dia 13 de setembro de 2007

Pela Lei nº 9370, foi criado o município de Mercedes. Hoje, um município ainda novo, cuja população unida e solidária, com muito trabalho e dedicação têm demonstrado o seu valor e potencial no desenvolvimento e crescimento de sua terra.

Um povo feliz e trabalhador, cumpridor de seus deveres, consciente de seus direitos e responsabilidades, que unido às lideranças e autoridades do Executivo e Legislativo, é merecedor das mais efusivas homenagens e congratulações pela beleza e grandeza que é Mercedes.

Parabéns Mercedes, parabéns mercedenses.

Requer outrossim, seja dada ciência para: Vilson Schwantes - Prefeito Municipal, com endereço à Av. João XXIII, 1157 e Luiz Fernando Volz - Presidente da Câmara Municipal, com endereço à Av. Mário Totta, s/n - CEP: 85998-000 - Mercedes/PR.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Mallet, pela passagem, no próximo dia 21 de setembro, de seus 95 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério da Silva Almeida, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Moacir Alfredo Szinivzlski, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem à toda população do município de Mallet que estará, no próximo dia 21 de setembro de 2007, comemorando seus 95 anos de emancipação política.

Cremos que as dificuldades, no decorrer de todos esses anos foram muitas, mas, com certeza, as realizações também foram em número expressivo.

É com muito orgulho que toda a população malletense irá comemorar festivamente, seus 95 anos. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e todo o povo em geral que tem colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do município.

Ao contentamento de toda a população de Mallet, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rebouças pela passagem, no próximo dia 21 de setembro de 2007, do seu 77º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Amilton Massoqueto, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Antonio de Oliveira Padilha, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população do município de Rebouças, irá comemorar festivamente, no próximo dia 21 de setembro de 2007, seus 77 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado sempre para o desenvolvimento cada vez maior do município.

É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição em benefício de todos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da

palavra, mas sim a sua finalidade de promover, o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município de Rebouças, na data tão significativa do aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO N° 2620

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, a Realgás Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à empresa Realgás Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Destacamos a competência e dedicação ao proprietário Dr. Leonardo Franco, na administração desta empresa do segmento de combustíveis em nossa capital.

REQUERIMENTO N° 2633

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Pupatto e ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, informações relativas à participação do estado no *campus* da Universidade Federal do Paraná, denominada Universidade do Litoral, no município de Matinhos, conforme segue:

1) Em que consistiu a participação do estado na implantação da Universidade Federal? Foi formalizado algum convênio de cooperação? Juntar cópia.

2) Houve doação ou cessão de imóvel de propriedade do estado? Qual o instrumento legal que autorizou a transferência?

3) Houve doação de recursos em espécie? Qual a origem orçamentária dos mesmos? E qual a rubrica relativa à sua previsão?

4) Houve cessão de servidores da administração pública? Qual o prazo da cessão e respectivo instrumento? Relacionar os servidores, seus cargos e órgão de origem e vencimentos.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO,

ELIO RUSCH,

MARCELO RANGEL,

ANTONIO BELINATI e

DUÍLIO GENARI.

REQUERIMENTO N° 2636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado da Administração, para esclarecer as seguintes questões:

1) A Sra. Léa Oksenberg, ex-funcionária da SANEPAR, foi contratada pelo Governo do Estado para exercer função comissionada?

2) Se afirmativo, em qual órgão a mesma está lotada, qual o cargo, qual o salário e data de sua nomeação?

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 648/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° A partir de 1° de janeiro de 2011, não será permitida, em todo o estado do Paraná, a cobrança de pedágio em rodovia sem a 2ª pista de rolamento.

Art. 2° O não cumprimento da presente lei implicará em multa de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) à concessionária infratora.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

As empresas conquistaram, através de licitação pública, o direito de explorarem, em regime de concessão, várias rodovias dentro do território paranaense, onde implantaram praças de pedágio.

Empresas e proprietários de veículos, vêm pagando, e caro, pelo uso das rodovias pedagiadas.

Há que se reconhecer que, onde há pedágio, as estradas melhoraram, tendo algumas pesquisas revelado que a maioria dos usuários prefere a estrada pedagiada, mas bem conservada, do que rodar por estradas esburacadas, com perigo constante de acidentes, alguns até com vítimas fatais. A discordância está no preço alto das tarifas e pela não execução de obras, como a duplicação de diversas rodovias.

Nosso projeto é totalmente coerente, pois dá prazo de 3 anos para as concessionárias implantarem a 2ª pista nas rodovias ou trechos que ainda não foram contemplados com o benefício. Quer dizer, nosso projeto, aprovado, e transformado em lei, dá prazo bem razoável para a realização da obra nele exigida.

Quem pensar apenas em cobrar pedágio, sem a lógica compensação com obras para os usuários, deve ser impedido, legalmente, de efetuar cobrança de tarifa nos trechos rodoviários sem a 2ª pista.

PROJETO DE LEI Nº 649/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a utilização de aparelho sensor de gás, como prevenção para detectar vazamentos, pelos seguintes estabelecimentos e prédios residenciais do estado do Paraná, que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP):

I - todos os estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, entidades, hospitais, escolas, hotéis, motéis, restaurantes e similares;

II - todos os prédios residenciais com mais de 5 andares, devendo cada apartamento ser equipado com um sensor.

Parágrafo Único. Nos prédios residenciais com até 5 andares e casas térreas residenciais, será facultativo o uso do sensor.

Art. 2º O infrator do disposto nesta lei fica sujeito à multa correspondente a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicados em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os acidentes envolvendo vazamento de gás são constantes e despertam a preocupação da comunidade, que por sua vez, espera a ação dos órgãos públicos, no sentido de estabelecer medidas preventivas. Alguns desses acidentes, devido às suas dimensões, deixam a opinião pública perplexa, suscetível a propostas que visem amenizar ou solucionar o problema.

O descaso com relação a esses acidentes pode ocasionar graves prejuízos materiais e vidas humanas perdidas. Isso demonstra a importância da instalação de sensores com maneira simples e barata de evitar acidentes.

PROJETO DE LEI Nº 650/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã de Estudos da Fraternidade Irmanada, com sede e foro no município de Paranaguá, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal resgatar o convívio social e familiar de dependentes químicos da faixa etária a partir de 12 anos, auxiliando-os na redescoberta de sua identidade e dignidade, incentivando-os a se tornarem agentes de sua própria transformação, colaborando na construção de uma sociedade justa e solidária.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 651/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir ao professor titular, aposentado até 31 de dezembro de 1995, a gratificação de incentivo concedida ao Docente Catedrático, prevista pela Lei nº 11713, de 07 de maio de 1997.

Art. 2º Fica assegurado o benefício da gratificação de incentivo ao professor titular, que na data de 31 de dezembro de 1995, tinha tempo de serviço suficiente para a aposentadoria.

Art. 3º Fica igualmente assegurada a gratificação de incentivo ao beneficiário da pensão deferida até 31 de dezembro de 1995.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Os professores titulares dedicaram longos anos de suas vidas à formação profissional da juventude paranaense, quando o magistério ainda era inspirado pelo idealismo de uma vocação, sem a preocupação da retribuição financeira e de uma aposentadoria que assegurasse a tranquilidade para a família.

Os anos se passaram, as vantagens do magistério começavam a surgir à medida em que o professor se profissionalizava, com o surgimento de uma legislação própria definindo as primeiras compensações, conferindo direitos e vantagens para quem levava o ensino superior para o interior paranaense, os mestres doutores, que chegaram mais tarde, para consolidar a universidade, esquecendo-se, entretanto, dos professores titulares, responsáveis pela difícil fase de implantação da universidade. É por estas razões que subscrevo a presente proposição.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares.

LEI Nº 11713 - 07/05/97

Publicado no Diário Oficial nº 4997 de 07/05/97

SÚMULA:

Dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**Da Carreira do Magistério**

Art. 1º Fica criada a Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná.

Art. 2º Os cargos públicos componentes da carreira serão providos através de nomeação, com a exigência de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Art. 3º Os atuais cargos docentes existentes nas Instituições Estaduais de Ensino Superior ficam transformados em cargos de professor de ensino superior, estruturados em 05 (cinco) classes, conforme segue:

- I - professor auxiliar, níveis, A, B, C, e D;
- II - professor assistente, níveis, A, B, C, e D;
- III - professor adjunto, níveis, A, B, C, e;
- IV - professor associado, níveis, A, B, e C;
- V - professor titular.

§ 1º O ingresso na classe de professor associado se dará de acordo com o estabelecido no artigo 12 da presente lei.

§ 2º Os docentes terão as seguintes atribuições mínimas, respeitadas a titulação:

I - professor auxiliar: exercício das atividades de ensino, participação em atividades de pesquisa e/ou extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores, orientação de monografias de cursos de graduação e participação na gestão acadêmica e administrativa;

II - professor assistente: além das atribuições da classe de professor auxiliar, atividades de ensino em cursos de pós-graduação *lato-sensu*, elaboração de projetos de pesquisa e/ou elaboração e coordenação de projetos de extensão; orientação de alunos de pós-graduação *lato-sensu* e/ou bolsista de iniciação científica ou aperfeiçoamento e participação em banca de concurso público para a classe de professor auxiliar;

III - professor adjunto: além das atribuições da classe de professor assistente, atividades de ensino em cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, coordenação de projetos de pesquisa, orientação de alunos de pós-graduação *stricto-sensu* participação em banca de concurso para a classe de professor assistente;

IV - professor associado: além das atribuições da classe de professor adjunto, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, participação em banca de concurso público para a classe de professor adjunto e atividades de pós-graduação;

V - professor titular: além das atribuições da classe de professor associado, coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico de grupos de produção de conhecimento e participação em banca de concurso para as classes de professor associado e titular.

§ 3º O regime de trabalho dos docentes desta carreira prevê dedicação exclusiva, tempo integral 40 horas semanais e tempo parcial.

§ 4º Os vencimentos dos docentes, relativos ao respectivo regime de trabalho, são os constantes do Anexo I à presente lei.

§ 5º O percentual inter-nível nas classes será de 3% e os percentuais interclasse serão de:

I - auxiliar para assistente, 20.46% (vinte ponto quarenta e seis por cento);

II - assistente para adjunto, 6.50% (seis ponto cinquenta por cento);

III - adjunto para associado, 7.00% (sete ponto zero por cento);

IV - associado para titular 20.00% (vinte ponto zero por cento).

Art. 4º Os integrantes da carreira docente terão promoção de classe e ascensão de nível.

Art. 5º A promoção de professor auxiliar à classe de professor assistente será feita mediante comprovação da obtenção do título de Mestre.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, o professor auxiliar será enquadrado sempre no nível A da classe de professor assistente, independentemente do nível em que se encontrar, ficando a data de sua promoção como nova data base para ascensão inter-níveis.

Art. 6º A promoção de professor auxiliar à classe de professor adjunto será feita mediante comprovação da obtenção do título de Doutor.

Parágrafo Único. na hipótese do *caput* deste artigo, o professor auxiliar será enquadrado sempre no nível A da classe de professor adjunto, independentemente do nível em que se encontrar, ficando a data de sua promoção como nova data base para ascensão inter-níveis.

Art. 7º O professor auxiliar ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo definido perante comissão indicada pelo departamento a que pertence.

Parágrafo Único. Independente do interstício, quando concluir curso de especialização, em conformidade com a Resolução nº 012/83, do Conselho Federal de Educação, mediante comprovação.

Art. 8º A promoção de professor assistente à classe de professor adjunto será feita mediante comprovação da obtenção do título de Doutor.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, o professor assistente será enquadrado sempre no nível A da classe de professor adjunto, independentemente do nível em que se encontrar, ficando a data de sua promoção como nova data base para ascensão inter-níveis.

Art. 9º O professor assistente ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo departamento a que pertence, desde que possua título de Mestre.

Art. 10. O professor adjunto ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo definido perante comissão indicada pelo departamento a que pertence, desde que possua título de Doutor.

Art. 11. As comissões para avaliação de desempenho de que tratam os artigos 7º, 9º e 10 deverão ser compostas de pelo menos 03 (três) membros de titulação igual ou superior ao do avaliado.

Art. 12. O professor adjunto após 02 (dois) anos de interstício no nível D e mediante requerimento, será promovido à classe de professor associado, desde que:

I - possua o título de Livre Docente, ou

II - possua o título de Doutor e seja aprovado em sessão pública de defesa de trabalho científico com memorial descritivo a ser apresentado perante uma banca examinadora.

Parágrafo Único. A banca examinadora será composta de 03 (três) membros, titulados a nível de Doutor, sendo, obrigatoriamente, 01 (um) de outra Instituição de Ensino Superior, e deverá ser constituída no prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar da data do requerimento do Professor.

Art. 13. O professor associado ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo, defendido perante comissão indicada pelo departamento a que pertence.

Art. 14. O acesso à classe de professor titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos.

Parágrafo Único. A banca examinadora será composta de 05 (cinco) professores titulares doutores, sendo obrigatoriamente 02 (dois) professores de outras Instituições de Ensino Superior.

Art. 15. Os docentes integrantes das atuais classes de professor auxiliar, assistente, adjunto e titular na data de publicação desta lei, serão, automaticamente, enquadrados nos seguintes níveis:

I - professor auxiliar, assistente e adjunto, níveis I, II, III e IV, nos níveis A, B, C e D, respectivamente, mantida a classe;

II - professores titulares, níveis I a IV, para a classe de professor titular.

Art. 16. Em função da titulação que possuírem, os docentes perceberão mensalmente gratificação de incentivo, conforme abaixo especificado:

I - 15% sobre o vencimento do seu nível salarial, aos integrantes da classe de professor auxiliar, quando portadores de título de especialização;

II - 15% sobre o vencimento do nível D da classe de professor auxiliar, aos integrantes de classes mais elevadas, quando portadores de título a nível de especialização;

III - 45% sobre o vencimento de seu nível salarial, aos integrantes da classe de professor assistente, quando portadores de título a nível de mestrado;

IV - 45% sobre o vencimento do nível D da classe de professor assistente, aos integrantes de classes mais elevadas, quando portadores de título de mestrado;

V - 75% sobre o vencimento de seu nível salarial, aos integrantes das classes de professor adjunto, associado ou titular, quando portadores de título a nível de doutorado ou livre-docente.

Art. 17. O vencimento básico do regime de dedicação exclusiva em qualquer uma das classes é equivalente ao vencimento básico com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na classe correspondente, acrescido do percentual de 55.0% (cinquenta e cinco por cento).

Parágrafo Único. Para o ingresso e permanência no regime de dedicação exclusiva, os professores deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de pesquisa ou extensão, além de atender ao estabelecido na lei e nas normas da Instituição de Ensino Superior.

Art. 18. Os docentes integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, a cada 07 (sete) anos de efetivo exercício de suas funções farão jus à licença sabática de 06 (seis) meses, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Parágrafo Único. A concessão da licença sabática tem por finalidade o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional, de acordo com as normas estabelecidas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior.

CAPÍTULO II

Da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo

Art. 19. Fica criada a Carreira e o Plano de Classificação de Funções e Vencimentos do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

§ 1º A carreira será integrada pelos servidores atualmente alocados nas Instituições de Ensino Superior.

§ 2º Entende-se por carreira o agrupamento de classes dispostas em ordem crescente, constituindo a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 3º Entende-se por classe o agrupamento de funções com tarefas de mesma complexidade.

§ 4º Entende-se por função o conjunto de atribuições de mesma natureza e requisitos.

Art. 2º O Plano de Carreira é composto de cargo único denominado Agente Universitário.

Parágrafo Único. Entende-se por cargo a unidade básica da estrutura organizacional com provimento mediante nomeação, na referência inicial de cada classe, com exigência de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 21. São consideradas funções técnico-administrativas as constantes do Anexo II.

§ 1º As funções encontram-se distribuídas em classes, conforme anexo supracitado, tendo atribuições e requisitos descritos em manual específico, a ser elaborado sob a coordenação da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2º A experiência exigida para cada função poderá ser substituída por cursos, estágios ou correlação com o 3º grau incompleto.

Art. 22. O desenvolvimento na carreira poderá dar-se por progressão e ascensão.

Art. 23. Progressão é a passagem do servidor de uma referência para outra, dentro da mesma classe e função.

§ 1º A progressão ficará limitada à última referência estabelecida para a classe.

§ 2º Os critérios e periodicidade para a progressão, serão regulamentados por decreto elaborado pela Secretaria de Estado da Administração no prazo máximo de 06 (seis) meses, *ad referendum* da Assembléia Legislativa.

Art. 24. Ascensão é a passagem do servidor em efetivo exercício de uma classe para outras.

Parágrafo Único. Dar-se-á ascensão mediante o atendimento das seguintes exigências:

- I - existência de vaga;
- II - cumprimento dos requisitos de cada função;
- III - realização de concurso público.

Art. 25. O ingresso em nova classe, decorrente de ascensão, dar-se-á em referência de valor igual ou imedia-

tamente superior ao vencimento atual do servidor.

Art. 26. Havendo vaga poderá ocorrer mudança de função dentro da mesma classe, mantendo-se a mesma referência salarial atendidos os requisitos da função.

Art. 27. O exercício de cargo em comissão ou função gratificada não prejudicará a progressão de nível ou ascensão de classe.

Art. 28 A jornada de trabalho dos serviços do cargo de agente universitário será de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvados os casos em que a legislação específica estabelecer jornada especial.

Art. 29. O enquadramento na nova situação dar-se-á conforme tabela de correlação de cargos constante do Anexo III.

Art. 30. Os vencimentos das funções serão os constantes do Anexo IV à presente lei.

Art. 31. O enquadramento na nova tabela de vencimentos dar-se-á conforme o constante do Anexo V.

Art. 32. A gratificação de produtividade prevista na Lei nº 6569 de 25 de junho de 1974, passa a ser extensiva a todos os integrantes desta carreira, ocupantes de cargos de nível superior.

CAPÍTULO III

Outros Dispositivos

Art. 33. Os pedidos iniciais, de prorrogação e de renovação de disposições funcionais e os de remoção de servidores das Instituições de Ensino Superior, ficam dispensados da anuência do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, passando esta responsabilidade ao dirigente da Instituição, que os encaminhará aos órgãos competentes para autorização.

Art. 34. Os assuntos pertinentes ao 3º grau de ensino, que dependem de análise e parecer do Conselho Estadual e não envolvam expansão de pessoal e/ou recursos financeiros repassados pelo estado às Instituições Estaduais de Ensino Superior, deverão ser reportados diretamente àquele colegiado.

§ 1º Excluem-se, expressamente, deste artigo, os processos referentes à autorização de funcionamento, reativação, reconhecimento e alteração de vagas de cursos de graduação, reconhecimento de Instituições Estaduais de Ensino Superior, bem como àqueles que envolvam diretrizes para o ensino superior do estado, os quais sofrerão análise técnica da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ouvidos os órgãos que entender convenientes.

§ 2º A homologação dos pareceres emitidos pelo Conselho Estadual de Educação, constantes do parágrafo supracitado, são de competência do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 35. Ficam as Instituições Estaduais de Ensino Superior dispensadas das formalidades de encaminhamento ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dos processos de afastamento de servidores para curso de pós-graduação e/ou participação em congressos, seminários, pesquisas e outros eventos, em território nacional, desde que não acarretem substituições por contratações.

Parágrafo Único. A autorização do afastamento, obedecidas as normas legais, passa a ser competência do dirigente da Instituição, após deliberação específica do departamento onde o servidor estiver vinculado, procedidos os respectivos registros nos seus assentamentos funcionais.

Art. 36. As disposições contidas nesta lei estendem-se integralmente aos servidores inativos.

Art. 37. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 07.05.97.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

REINHOLD STEPHANES JÚNIOR

Secretário de Estado da Administração

ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Antes, porém, apenas comunicando aos Srs. Deputados que a nossa TV Assembleia hoje já está fazendo algumas tomadas para que tenhamos essas imagens na abertura do canal.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

No final da tarde de ontem nós fomos, de certa forma, surpreendidos por uma informação que está no site do STF de que, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o plenário do Supremo julgará essa ação direta sobre o voto secreto no Legislativo paranaense. O surpreendente, Srs. Deputados, é que, primeiro, quem pede a ADI, quem faz o pedido para que seja julgada a ADI, é a Confederação Nacional dos Usuá-

rios de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários e Aéreos. Alguém conhece essa confederação? É surpreendente, porque, primeiro, o processo de transparência que temos durante todo o tempo, todos nós, Deputados e Deputadas, temos insistido, que é um caminho irreversível na Assembleia Legislativa, foi uma caminhada que nos custou muito tempo, nos custou muita conversa, foi iniciativa, aqui, do Deputado, do então Deputado, hoje Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, com o Deputado Padre Paulo, com outros Deputados. Teve, no ano passado, na presidência, o Deputado Hermas Brandão, o apoio unânime desta Casa, foi votado, embora houvesse, me parece, um voto contrário, foi votado por 53 votos a favor. Eu me surpreendo quando uma confederação que absolutamente ninguém conhece, que não tem nenhuma relação, embora se diga representante dos usuários do transporte coletivo, nenhuma relação, Deputado Elton Welter, com nenhum movimento social, absolutamente desconhecida, me parece, inclusive, que é presidida por um ex-Deputado desta Casa, não vou afirmar que é isto, mas a informação que temos é esta, faz o pedido para que seja decretada inconstitucional esta medida, uma medida que visa melhorar, inclusive, a relação do voto, porque os votos aqui, todos eles abertos, seja para cassação de Deputado, seja para veto, seja para Cidadão Honorário ou para qualquer outro tipo de honrarias, todo tipo de votação aqui é aberta.

Quando avançamos neste sentido, na mesma linha inclusive que algumas outras Assembleias do Brasil já vêm fazendo e que o Congresso Nacional também tem buscado fazer, surpreendentemente aparece uma confederação dizendo que é preciso que seja julgada inconstitucional essa medida porque ela não está em concordância com a Carta Maior, uma vez que não há ainda na Constituição Federal alteração que possibilite o Congresso Nacional ter as suas votações feitas, todas elas, de forma aberta, o que obviamente também iria obrigar que as Câmaras de Vereadores e todas as Assembleias, no Brasil todo, tivessem esse mesmo procedimento.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui registrar não só a minha surpresa, mas o meu total repúdio a esse tipo de iniciativa, porque não é possível que todas as vezes que acontecem quaisquer atos na Assembleia, ou na Câmara de Vereadores, ou no Congresso Nacional, que visam deixar menos transparentes esses Poderes, nós somos, muitas vezes com justiça, duramente criticados - quando, ao contrário, se busca fazer, e num caminho correto, com que a Assembleia tenha a transparência necessária exigida pela sociedade, aparece uma confederação não se sabe lá com qual interesse, não se sabe lá por qual razão, afinal nunca se manifestou por absolutamente nenhuma ação nem no Paraná e nem no resto do Brasil, aparece sabe-se lá com que tipo de argumento e diz que não podemos ter transparência na Assembleia Legislativa.

Ora, Srs. Deputados, a quem interessa derrubar esta que foi uma emenda constitucional, como eu falei aqui, da lavra do Deputado Nelson Justus, do Deputado Padre Paulo e que demorou um tempo para ser votado, não foi votado de imediato, o Deputado Nelson Justus teve que insistir inclusive, no final do ano passado, para que fosse colocado, primeiro para que fosse constituída uma comissão e depois fosse colocado em votação. Eu lembro, Deputado Nelson Justus, que o senhor, por diversas vezes solicitou que votássemos ainda no ano passado e agora nos aparece uma entidade, entre aspas, que se sente incomodada porque estamos dando transparência demais para a Assembléia Legislativa.

Então, acho que temos que nos colocar frontalmente contrários a esta medida. Acredito que a Assembléia Legislativa irá fazer obviamente a sua defesa no STF, até porque é surpreendente, Deputado Nelson Justus, porque o Rio Grande do Sul já adota essa medida, São Paulo parcialmente adota essa medida, todas as Assembléias do Brasil já adotam essas medidas, e nós aqui no Paraná caminhando no sentido, Deputado Zucchi, de termos aqui a tranqüilidade de sabermos que os nossos votos são públicos, de repente nos vemos surpreendidos por um ação que me parece joga no atraso para que a população não saiba como são feitos os votos dos Deputados aqui nesta Casa.

Então, quero aqui me colocar solidário, não só aos Deputados que foram proponentes dessa emenda que foi votada pela maioria absoluta desses Deputados, não pela totalidade, mas pela maioria, e dizer que ainda que o STF tenha um entendimento diferenciado - acredito que não irá ter - temos que fazer um grande esforço para que esta conquista da Assembléia Legislativa e do povo paranaense não seja jogada por terra.

Além dessa consideração, Sr. Presidente, gostaria de fazer também um registro aqui: os Deputados que fazem parte da Frente Parlamentar que está acompanhando o potencial energético do Paraná, ontem comuniquei aos Srs. Deputados e Deputada, porque a Deputada Rosane também faz parte dessa Frente, iríamos entrar em contato com o Sr. Vitor Hugo para que pudéssemos ter as informações solicitadas a ele e ao IAP sobre aquelas 71 condicionantes da Usina de Mauá. O Sr. Vitor Hugo nos informou e pediu para que informasse a toda a comissão - isto será feito já no dia de amanhã - que na terça-feira, às 10h30 poderemos contar com a presença dele aqui, Deputado Zucchi, o senhor que faz parte dessa Frente, aqui na sala das comissões, para que, numa reunião informal, possamos verificar aqueles pontos que ainda estão pendentes para que seja dada a licença de instalação para a Usina de Mauá. Digo isso porque há algum tempo atrás a Usina de Mauá havia conseguido a LI sem que passasse por essa comissão.

Para concluir, houve já o boato que a empresa que foi contratada pelo Consórcio Cruzeiro do Sul já estaria montado alguns tipos de empreendimentos na região de Ortigueira, mas até agora, a informação dada pelo IAP é

que a LI não foi concedida, portanto ainda estamos dependendo da licença de instalação para que, de fato, a Usina de Mauá possa ser colocada como uma usina que terá o seu andamento normal.

Então, amanhã estaremos comunicando a todos os Deputados que fazem parte dessa Frente, são 13 Deputados que fazem parte, sobre essa reunião, mas já de antemão faço o convite para que às 10h30 da terça-feira que vem possamos estar junto com o Sr. Vitor Hugo Burko, saber com ele quais são as providências que o IAP está tomando nesse caso.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch com a palavra.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada apresentamos um requerimento para que fosse transcrita nos Anais da Assembléia a notícia veiculada na Gazeta do Povo do último dia 29 de agosto, na coluna do jornalista Celso Nascimento.

Na quinta-feira, quando o requerimento foi apresentado, não se constatou quórum para deliberação sobre o mesmo e a Sessão caiu. Ontem eu tinha um compromisso, às 15h30 e não estava na Sessão e na verdade às 16h00, quando retornei ao plenário, a Sessão já havia terminado e o requerimento havia sido rejeitado pelo Plenário. Tanto é que quando entrei aqui no plenário o Presidente Nelson Justus me indagou: "Deputado, o senhor não esteve aqui para defender o seu requerimento?" Lamentavelmente não estava no plenário naquele momento, quando cheguei ele já havia sido rejeitado.

Eu disse, na quinta-feira, Srs. Deputados, que caso o requerimento viesse a ser rejeitado e que não fosse autorizado, através de requerimento, a transcrição nos Anais da Assembléia, eu faria, na Sessão seguinte, a leitura. Disse inclusive para o Líder do Governo, Deputado Romanelli, que se ele fosse rejeitar o requerimento não iria alterar em nada, porque eu iria ler e aí ele faz parte dos Anais da Assembléia.

Por isso, peço desculpas aos Srs. Deputados eu fazer a leitura da notícia veiculada no dia 29 de agosto, escrita pelo jornalista Celso Nascimento, para que isso faça parte dos Anais da Assembléia. Já que o requerimento não foi aprovado, vou ler e ele vai integrar os Anais da Assembléia.

(Lê):

"O juiz e o chavismo no PR

Nunca antes na história desse estado um juiz se pronunciou com tanta veemência e severidade contra um agente do Governo como o fez o Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira, do Tribunal de Justiça do Paraná.

Para o Magistrado, ao julgar um caso de recusa de um Secretário de Estado a fornecer informações solicitada por dois Deputados, equivale a “incitar um golpe de estado, nos moldes da triste onda sul-americana, de viés chavista.

Foi a primeira decisão judicial em relação ao lote de 15 ações propostas pela Bancada da Oposição na Assembléia Legislativa. Cansada de não obter a aprovação em Plenário de seus requerimentos de informações sobre atos do Governo ou de, quando aprovados, não recebê-las de modo satisfatório ou dentro do prazo legal, a Oposição decidiu apelar para a Justiça.

A primeira bomba explodiu ontem no colo do Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, que não prestou aos Deputados Valdir Rossoni e Augustinho Zucchi as informações que pediram a respeito da falta de remédios nas farmácias do estado. Os Parlamentares contrataram, então, o escritório do advogado Luiz Fernando Pereira para impetrar mandado de segurança contra Xavier.

O resultado foi melhor que o esperado. O Desembargador Rosene, ao argumentar em favor da concessão do mandado, admirou-se: “Em pleno século 21, aqueles que são eleitos pelo povo para chefiar o Poder Executivo - já que o impetrado nada mais é do que *longa manus* do Governador do Estado - insistem em achar que, ao tomar posse do cargo, colocam-se acima da lei e das instituições fundantes do Estado Democrático de Direito. E olha que, no caso em foco, não é qualquer lei que está sendo violada, mas sim a maior delas, a Constituição Federal!”

Xavier tem 15 dias para dar as informações. E terá de pagar R\$ 100 para cada dia de atraso.”

Essa é a nota que saiu. Como fiz a leitura, com toda certeza fará parte da Sessão de hoje. Já que o Líder do Governo quis derrubar o requerimento fiz a leitura para que integre os Anais da Assembléia.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada o Deputado Jocelito Canto usou o horário do seu partido e fez menção a um documento enviado a ele do município de Santa Helena. Disse na semana passada que essa semana faríamos um pronunciamento sobre a segurança pública, que envolve não só Curitiba, não só Londrina, Foz do Iguaçu, Guaíra, enfim, envolve o estado do Paraná.

Lembro-me bem e os Srs. Deputados também devem saber que na minha pequena e pacata cidade de Marechal Cândido Rondon, quando eu era Vereador na década de 70, e acredito que muitos dos senhores lem-

bram-se dessa frase: cada escola que você constrói é uma porta de uma cadeia que se fecha. Essa é uma frase que foi usada por muitos políticos. E hoje, infelizmente, no dia-a-dia, a cada semana que passa ouvimos a triste notícia da construção de mais e mais cadeias.

Lembro-me, Deputado Duílio Genari, quando V. Exa. foi eleito Prefeito da cidade de Toledo em 1976, foi o ano em que iniciamos na vida pública e nos elegemos Vereador na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Sabemos que a criminalidade está tomando conta do Brasil inteiro e com um crescimento assustador. Se pegarmos, por exemplo Foz do Iguaçu, pelo que a imprensa tem noticiado, e aqui temos 3 Deputados de Foz do Iguaçu o Deputado Chico Noroeste, Deputado Dobrandino e o Deputado Reni Pereira, só este ano parece que os assassinatos já chegaram a 200 e o Deputado Chico está fazendo sinal de que já ultrapassa as 200 mortes somente este ano na cidade de Foz do Iguaçu.

Pois bem, o que os Governos estão fazendo? Quais as providências que estão tomando? Os Governos dizem que têm que combater a criminalidade. É nos grandes centros. Pega São Paulo, pega Rio de Janeiro, pega a região do ABC em São Paulo, pega a Região Metropolitana de Curitiba, incluindo a nossa capital e tantos outros grandes centros, o índice de criminalidade aumenta violentamente. E por que temos esse aumento da criminalidade? Não sou especialista e não quero dizer eu por quê aumenta, mas alguma coisa é notória: o Governo investe muito nos grandes centros, na construção de presídios, na criação e instalação de operações especiais para combater a criminalidade. Por onde entram as drogas no nosso país? Por onde entram os armamentos, a munição, que não é de fabricação nacional? A entrada é por onde? A entrada é na fronteira do nosso país.

Os Governos Estaduais, como o Governo Central da República deviam dar um tratamento diferenciado na questão da segurança pública nas regiões que fazem fronteira com outros países. Vamos falar da nossa região aqui do Paraná. A região oeste, os municípios que são margeados pelo lago de Itaipu, conhecidos como município lindeiros ao lago de Itaipu, que vêm desde Guaíra até Foz do Iguaçu.

A grande imprensa tem mostrado nos últimos dias as operações da Polícia Federal, da Receita Federal, das grandes apreensões que são feitas tanto de drogas, como de armamento. Mas quais as ações efetivas concretas que os governantes estão fazendo nessa região? Existem algumas ações? Existem, mas essas ações são temporárias, elas têm dia e hora para começar e para terminar. Enquanto que a operação que está estabelecida e está em operação na costa oeste do nosso estado, tudo bem, diminui o contrabando, diminui a entrada de drogas e armamento.

É por essa razão que gostaria que os Srs. Deputados entendessem, mas principalmente o Governo do Estado, a Secretaria da Segurança Pública entendesse que Foz do Iguaçu até Guaíra têm que receber um tratamento diferenciado.

Ora! Em Foz do Iguaçu Srs. Deputados, existe hoje uma operação mais ostensiva na fiscalização na Ponte da Amizade. Como existe uma fiscalização na cidade de Foz do Iguaçu, para onde vão os marginais? Para onde é que vão os bandidos? Onde é que vão os contrabandistas? Eles usam o lago de Itaipu para dar entrada aqui no Brasil do armamento e das drogas. E usam muitas vezes pequenos agricultores, como mostrou a própria imprensa, das apreensões que aconteceram nos mais diversos municípios, desde Guaíra, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, Vera Cruz, Medianeira, São Miguel, Santa Terezinha, enfim, todos os municípios são hoje objetos e alvos para que os marginais usem esses locais para trazer para o Brasil as drogas e o armamento.

Temos que considerar, sim, as entidades e as autoridades constituídas. Vejam um documento que foi dirigido a nós e já lido pelo Deputado Jocelito. Por isso, faço questão que o Presidente autorize as notas taquigráficas, para que se considere lido este documento da comunidade de Santa Helena, porque não quero cansá-los, o mesmo documento já foi lido, mas quero dizer que o documento “Carta Aberta à Comunidade de Santa Helena” já foi lido pelo Deputado Jocelito e eu gostaria que ele fizesse parte das notas taquigráficas desta Sessão. Apenas para dizer aos senhores que quem subscreveu esse documento que pede ao Governo do Estado as devidas providências, todos os argumentos elencados no documento, assinado pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Associação Comercial, pelo Conselho da Comunidade, pela Paróquia Santo Antonio, pelos Escoteiros Terra das Águas, pelo Colégio Santo Antonio, pela Comunidade de Vila Rica, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, pelo Conselho Comunitário de Segurança, pelo Rotary Club de Santa Helena, pelo Jovem Empreendedor, pela SISMUSA, pelo Conselho Tutelar, pela Comunidade Baixada Amarela e por outras lideranças que subscreveram este documento. Como ele foi lido, não preciso lê-lo.

(Conforme solicitação do Deputado, em anexo o documento “Carta Aberta da comunidade santa-helenense”).

“Carta aberta da comunidade santa-helenense

A população do município de Santa Helena (PR), representada pelos signatários abaixo assinados, em nome de suas entidades que representam, tendo em vista o aumento na criminalidade no município e região, vêm pela presente expor e requerer o que segue:

Nos últimos meses e especialmente depois que a união, através da Receita Federal, colocou em prática o projeto de fechamento na fronteira Brasil-Paraguai em Foz do Iguaçu, para combater os ilícitos ligados ao contrabando e ao descaminho naquele local, a região brasileira lindeira ao reservatório da Hidrelétrica de Itaipu, tem sido invadida pelos mais variados grupos criminosos,

que utilizam-se do lago de Itaipu para cruzar a divisa binacional.

Em função disso, o caos está tomando conta do campo, especialmente aqueles localizados próximos ao lago de Itaipu. Grupos organizados que atuam no tráfico internacional de entorpecentes, no tráfico e contrabando de armas, munições e no contrabando e descaminho dos mais variados produtos oriundos do Paraguai, operam nesses locais, cooptando famílias de agricultores, levando temor ao campo, muita vezes agindo com milícias armadas para obter o seu intento, senão quando ‘patrulham’ as estradas rurais que dão acesso ao lago, numa forma clara de intimidação.

Ao mesmo tempo, a migração dos grupos organizados para esta região tem atraído também grupos armados com o intuito de praticar roubos, seja contra os próprios grupos de contrabando e descaminho, seja para lesar qualquer cidadão de bem que encontre pela frente. O resultado dessa migração é que centenas de famílias estão mudando-se de Foz do Iguaçu para os municípios lindeiros ao lago, especialmente Santa Helena, na ânsia de lucrar com os ilícitos.

Por outro lado, a imprensa regional tem destacado inúmeras apreensões de drogas, armas, munições e outros produtos, que entram ilegalmente pelo lago de Itaipu para abastecerem mercados consumidores em todo o Brasil. Fato é que esta movimentação tem trazido sensível insegurança aos habitantes de Santa Helena e municípios vizinhos e não há segurança capaz de dar proteção às pessoas.

Nem mesmo o Porto Internacional de Santa Helena, considerado exemplo com sua aduana integrada Brasil-Paraguai, com grande movimentação de cargas, dispõe de um único Agente Federal sequer, contrariando as normas de segurança do país.

Por tais razões, as entidades públicas e privadas que representam a comunidade de Santa Helena e demais autoridades constituídas, receosas com a insegurança, reuniram-se para discutir o problema e decidiram formular a presente carta, com o intuito de sensibilizar as autoridades em todos os seus níveis e Governos, para que tomem providências no sentido de garantir a segurança da população de bem, aqui instalada.

O município de Santa Helena tem sua economia baseada no setor rural. São famílias simples, no campo e na cidade, que há muitos anos estão aqui instaladas, buscando progredir e fomentar o desenvolvimento, contribuindo decisivamente para o aumento da produção de grãos que abastece os lares do país. Todavia, nos últimos meses foram registrados diversos assaltos e homicídios no município. Se nenhuma medida for tomada pelas autoridades constituídas, em breve espaço de tempo Santa Helena e os demais municípios lindeiros ficarão reféns dos grupos criminosos, já que estes utilizam a força do dinheiro para corromper todos os níveis da sociedade e também das autoridades.

Não é possível que a união estabeleça um plano de contingenciamento capaz de tornar Foz do Iguaçu menos problemática, simplesmente transferindo a questão para os municípios vizinhos.

Exigimos uma solução em todos os níveis, capaz de apaziguar a população de bem, garantindo o acesso elementar à segurança, preceito constitucional que é direito de todos nós.

Santa Helena/PR, 11 de junho de 2007.

(aa) PREFEITO MUNICIPAL, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, ACISA - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA, CONSELHO DA COMUNIDADE, ROTARY CLUB DE SANTA HELENA, PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO, COJEM - JOVEM EMPREENDEDOR, ESCOTEIROS TERRA DAS ÁGUAS, SISMUSA, COLÉGIO SANTO ANTÔNIO, CONSELHO TUTELAR, COMUNIDADE VILA RICA E COMUNIDADE BAIXADA AMARELA”.

“Aumento da Criminalidade

Municípios da Costa Oeste pedem mais segurança.

O maior motivo apontado para o aumento da criminalidade em Santa Helena e região é a fiscalização mais rígida na aduana de Foz do Iguaçu. Delegado da PF confirma que há maior incidência de contrabando.

Nos últimos anos - e especialmente depois da construção da nova aduana em Foz do Iguaçu, recentemente, a qual fez com que a fiscalização se tornasse mais rígida para evitar que produtos contrabandeados entrassem no Brasil - os municípios lindeiros ao lago Itaipu têm sofrido com o aumento da criminalidade, sendo que os marginais utilizam-se do lago para cruzar a divisa binacional.

A partir disso, representantes das entidades organizadas de Santa Helena se reuniram, em Audiência Pública realizada em maio, na Câmara de Vereadores, para discutir a questão acerca da segurança no município. “Houve uma ampla discussão sobre a questão de Santa Helena, que se sente refém dos grupos organizados e virou uma cidade de contrabando e tráfico de drogas. As pessoas de bem estavam cobrando atitudes”, diz o Presidente do Conselho de Segurança de Santa Helena, Jaime Luiz Remor.

A partir dessa Audiência Pública, segundo Remor, as entidades decidiram elaborar uma carta em que expõem a situação não só do município santa-helenense, como da região lindeira ao lago de Itaipu. “A carta de Santa Helena é o resultado do esforço conjunto de todas as entidades e pessoas que assinaram o documento. Uma cópia da carta já foi enviada para a CACIOPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná), para todos os Deputados Federais, Estaduais e Senadores do Paraná, bem como para o Governo Federal. Precisamos que uma ação efetiva na fronteira seja realizada”, destaca.

A carta foi assinada por representantes do Poder Executivo e Legislativo municipais, da Associação Comercial (ACISA), Conselho Comunitário de Segu-

rança, Conselho da Comunidade, Rotary Club, Paróquia Santo Antônio, COJEM, Colégio Santo Antônio, Conselho Tutelar, Comunidade Vila Rica, Comunidade Baixada Amarela, bem como pela população em geral.

Representando o Povo

Para o Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Helena, Ademir Guerino, a carta está representando todo o povo santa-helenense e o problema ligado à segurança envolve todos os municípios da região lindeira. “Já estamos preparando todas as correspondências para enviar aos Deputados”, informa.

A carta aberta da comunidade santa-helenense foi lida, inclusive, na reunião do Conselho de Desenvolvimento dos Lindeiros ao Lago de Itaipu, na última sexta-feira (17), em Missal. “Foi lida na presença do Assessor Especial da Presidência da República, que abrange a região sul, Prefeitos, dentre outros. Recebemos o apoio do público presente, tanto é verdade que quando falamos a respeito da segurança na reunião dos lindeiros, o assunto tomou conta. O problema não é só nosso, mas estamos contribuindo para que as outras entidades saibam o que fazer”, afirma Remor.

Aumento da Criminalidade

O Delegado Chefe da Polícia Federal de Cascavel, que abrange a região de Pato Bragado, Mercedes e Marechal Cândido Rondon, José Alberto Iegas, confirma que a criminalidade, principalmente o que se refere ao contrabando, aumentou na região depois da construção da aduana em Foz do Iguaçu. “Temos realizado operações, barreiras, bloqueios para tentar diminuir a incidência dos crimes, mas não há dúvida de que a criminalidade aumentou”, declara.

Trabalho Conjunto

Em reunião realizada ontem (21) na Associação Comercial de Marechal Rondon (ACIMACAR), a carta aberta sobre a segurança de Santa Helena foi lida às pessoas presentes. Conforme o Presidente da ACIMACAR, Oldemar Rohloff, a entidade vai entrar em contato com a CACIOPAR para eventualmente fazer um trabalho com todas as associações comerciais, prefeituras, dentre outros. “Vamos primeiro manter esse contato com a CACIOPAR para depois sabermos como podemos nos envolver ou participar do trabalho”, diz.

“Algo precisa ser feito

Se o Governo do Estado, em conjunto com o Governo Federal, não agir com rapidez, nossa região vai sendo tomada pelo crime organizado. Cada dia que passa as informações são mais sérias e comprometedoras.

As autoridades regionais sabem da gravidade da situação, porém tem receio da reação do crime organizado e por isso nem fazem um movimento reivindicatório e nem agem, dentro dos limites que cada um tem.

E as iniciativas locais talvez tenham mesmo que ser desprezadas, pois além de não resolver nada, podem provocar mais violência.

A violência de hoje é a corrupção especialmente rasgando a estrutura policial e a capacidade de indigna-

ção das pessoas, dos cidadãos que começam a conviver com o crime como se fosse algo normal. Mas junto com a corrupção policial vem a violência contra as pessoas.

Um importante documento, chamado de Carta Aberta de Santa Helena, denuncia exatamente isso que estamos aqui alertando à sociedade e às autoridades há muito tempo.

A carta denuncia a existência do crime organizado em toda a região, especialmente a partir de uma ação forte na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Foz do Iguaçu.

O perigo que prevê o documento é que esta região vai se tornando um área infestada de criminosos que corrompem as pessoas humildes e honestas e trazem consigo um arsenal só comparado aos morros do Rio de Janeiro.

Com os traficantes e contrabandistas, um numeroso contingente de pessoas que se ocupam dessas atividades vem morar nestas cidades, freqüentar os ambientes sociais e públicos e com eles a violência contra as pessoas.

É preciso com urgência que o Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal, crie uma força diferenciada para atuar conjuntamente nesta região.

Que implantem um serviço de inteligência que possa atuar em conjunto com a Polícia Paraguai.

Homens preparados para identificar os pontos frágeis dessa fronteira e combater primeiramente o contrabando, especialmente de drogas, armas, cigarros, bebidas e equipamentos eletrônicos, que cresce em toda região.

Depois, perseguir os bandidos que se instalaram por aqui, não deixando que se estabeleçam.

Finalmente, destruir suas bases construídas à base de fortes esquemas financeiros que corrompem as estruturas desde o judiciário, policial, empresarial, político, educacional, enfim, o envolvimento das pessoas é generalizado e incontrolável.

Depois de instalado o crime organizado, o estado perde sua autoridade, as pessoas perdem a sua segurança e os municípios, até então pacatos e ordeiros, se tornam focos de desordem e descaminho.

Hoje já se fala, na região, que em alguns casos quando se pretende organizar um evento grande usando o lago de Itaipu, é preciso antes conversar com os líderes do crime organizado e “pedir trégua” durante o evento.

Se chegamos nesse ponto podemos ter uma noção de que as pessoas confiam menos na polícia do que na palavra dos que lideram o crime.”

“Panorama Político

Pedro Washington

Segurança: questão de bom senso

Deputados da Situação e da Oposição, vêm com preocupação a escalada da violência na região oeste do Paraná, especialmente naquelas cidades que ficam à beira do lago de Itaipu, hoje o corredor para ao tráfico de armas e drogas. Perto das ações que o crime organizado promove nessas áreas, o minicontrabando que os sacoleiros

promoviam, combatido a ferro e fogo pela Receita é “café pequeno”, para usar uma expressão em voga antigamente. Verdade que Dobrandino da Silva e outros Parlamentares, por darem sustentação ao Governo na Assembléia, têm dificuldade em se manifestar. Já Reni Pereira, Edgar Bueno, Elio Rusch, somam-se às manifestações de todos os segmentos, implorando ao Governo medidas permanentes no combate à criminalidade na região. Não bastam ações pontuais como as que agora são realizadas em Foz, Cascavel, Curitiba e sua região metropolitana. O combate tem que ser incessante. As ações eventuais produzem efeitos imediatos mas não permanentes. Outras batidas concentrando grandes contingentes de policiais provaram isso. O que não se entende é a resistência do Governador em relação à solicitação feita no início do ano pelo Deputado Reni Pereira e agora, pela unanimidade da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, em solicitar apoio da Força de Segurança Nacional, na medida em que ela foi criada para atender situações emergenciais, como a ocorrida no Rio por ocasião do Pan e agora reforçada por solicitação do Governador Sérgio Cabral que pede sua continuidade. Não há desdouro nenhum em pedir reforço a uma cidade que apresenta, proporcionalmente, os maiores índices de criminalidade do Brasil. Bem ao contrário: é uma questão de bom senso!”

Mas, um outro documento que recebi, não sei se outros Deputados também receberam, é do município de Guaíra. Ele é datado de 06 de agosto. E este documento, devo lê-lo, para que os senhores possam ter idéia. Ela não é do Deputado Elio Rusch. Quem fala, os senhores verão no final porque vou ler o nome de quem o subscreveu, Juízes, Promotores, entre outras autoridades.

Eles escrevem o seguinte:

(Lê):

“Conselho da Comunidade de Execução Penal da
Comarca de Guaíra - Estado do Paraná
Órgão Auxiliar do Poder Judiciário
das Execuções Penais
OFÍCIO Nº 034/07

Guaíra, 06 de agosto de 2007.

Prezado Senhor:

Vimos pelo presente relatar as condições da Cadeia Pública de Guaíra e, ainda, informar outros dados relativos à segurança pública neste município.

O Conselho da Comunidade local e o Ministério Público do Estado do Paraná fizeram várias visitas à Delegacia de Polícia Civil e Cadeia Pública de Guaíra, a fim de averiguar a real situação, sendo que, ao lado do Poder Judiciário e outras instituições têm buscado soluções para o tema.

A Delegacia de Polícia encontra-se localizada em área contígua à cadeia pública, no centro da cidade, em área residencial, sendo que é vizinha de casas e, ao fundo, há um terreno com área construída, que abrigava a Guarda Municipal e atualmente, encontra-se desocupado.

O prédio principal foi construído aproximadamente na década de 1980, mas sofreu diversas reformas e ampliações, todavia sem o necessário planejamento, de modo que não seguem o mesmo padrão.

A rede de esgoto é antiga, inclusive sofrendo rupturas no mês de setembro/06, necessitando de obras reparatórias em caráter emergencial, sendo que nos meses que se seguiram os problemas têm sido recorrentes.

A rede de energia elétrica é precária, pois há apenas uma fase, que serve tanto para a Delegacia, quanto para a carceragem e as ligações internas das celas são expostas, realizadas sem observar as regras básicas de segurança, podendo ocorrer um colapso nas instalações.

A capacidade de carceragem é de 45 pessoas, sendo que, atualmente, encontram reclusas 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas. Destes, 141 provisórios e 29 com decisão transitada em julgado. Conta, ainda, com uma ala para adolescentes, com 12 vagas, sendo que uma das celas está sendo ocupada por detentos maiores e na outra os 11 adolescentes apreendidos (dados aproximados, face à mudança quase que diária).

Com relação aos recursos humanos, conta com 2 Delegados, 1 Escrivão, 5 Investigadores, 3 estagiários (Prefeitura Municipal), 1 Carcereiro e 5 auxiliares (contrato temporário, por teste seletivo) que, no entanto, são insuficientes. Com efeito, torna-se absolutamente necessária, ainda, a concorrência do trabalho de 5 presos, com autorização judicial, para a realização de alimentação e limpeza, o que, todavia, tem causado transtornos de toda ordem.

Mas o considerado ideal, seria a Polícia Judiciária possuir 4 Delegados, 6 Escrivães e 12 Investigadores, considerando à peculiar localização geográfica da comarca de Guaíra e os problemas de fronteira.

Conta, ainda, com aproximadamente 1300 inquéritos policiais em andamento, com 50 ocorrências - em média, entre flagrantes, instauração de inquéritos policiais e termos circunstanciados.

Com relação à alimentação fornecida pelo Governo do Estado, os valores repassados são suficientes apenas para almoço e jantar, sendo que o Conselho da Comunidade fornece o café da manhã.

Recentemente foi construído um solário, sem as condições ideais de segurança, o que tem possibilitado diversas fugas, nada obstante às recentes melhorias como a colocação de placas de aço. Ainda, a guarita é mista - de ferro e madeira e pela falta involuntária de vigilância, já ocorreram 3 fugas (neste ano), com rompimento da parede e tela.

Vale ressaltar a absoluta falta de vagas no regime semi-aberto, sendo que por ocasião da progressão de regime tem-se aplicado o regime domiciliar para os apenados e, se o entendimento fosse diverso, a situação seria ainda pior.

Em razão das condições precárias das instalações da Delegacia local, as fugas ocorrem com certa frequência, sendo que no ano de 2005 foram 3 efetivas e 3 tentativas; em 2006: 5 efetivas e 5 tentativas; e, em 2007: 3 efetivas e 7 tentativas, interferindo negativamente nos trabalhos da Polícia Judiciária, bem como, na vulnerabilidade da segurança.

A Polícia Militar conta com aproximadamente 50 policiais, sendo que há a divisão de escala, o destacamento do distrito de Oliveira Castro, a segurança da Receita Estadual na ponte Airton Senna, patrulha escolar e o PROERD (Programa de Erradicação de Drogas), bem como a segurança diuturna do município, atividades que tornam o atual efetivo insuficiente.

Este quadro é agravado pelo fato de que a carceragem da Delegacia da Polícia Federal local, com 12 vagas, encontra-se interditada, aproximadamente, desde maio de 2006.

Diante deste panorama, diversos Promotores de Justiça e Juízes, dentre outras instituições, realizaram esforços sem, no entanto, lograr êxito em resolver os problemas em tela.

No último ano em que estamos atuando em Guaíra, na companhia de membros do Conselho da Comunidade e Autoridade Judiciária, realizamos diversas visitas à carceragem, programas de profissionalização e trabalho de presas.

Ainda, realizados diversos ofícios e contatos telefônicos junto à Secretaria de Estado da Segurança e Secretaria de Estado da Justiça, Autoridade Policial Federal, Autoridade Judiciária Federal local, Centro de Apoio Criminal e de Execução Penal do Ministério Público do Estado do Paraná, Vara de Execuções Penais de Maringá/PR, Deputados Estaduais, Federais e Senadores, sendo que apesar da aparente boa vontade das referidas autoridades, nada de concreto foi realizado para melhorar a questão.

Também a autoridade judiciária local oficiou à autoridade judiciária federal local, solicitando que os presos sob a custódia federal fossem removidos à disposição da Justiça Federal, o que foi "indeferido", determinando-se a expedição de ofício ao Ministério da Justiça, à Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, à Corregedoria do Tribunal de Justiça, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal, à Procuradoria da República em Umuarama, à Promotoria de Justiça em Guaíra.

Considerando que os registros relativos à criminalidade em Guaíra/PR foram agravados pela construção da Polícia Federal e Receita Federal em Foz do Iguaçu/PR, tudo confirmado pelo excelente trabalho e operações realizadas pela Delegacia da Polícia Federal em Guaíra, sendo que, proporcionalmente ao número de habitantes, tem-se registrado índices até maiores que aquela cidade.

Neste ponto, merece ressalva o fato de que, segundo dados da Polícia Federal, no ano de 2005, 14% (quatorze por cento) da maconha apreendida no Brasil, deu-se em Guaíra/PR, e no presente ano, já foram apreendidas mais de 13 toneladas dessa droga no município. E que esta região fronteira passou a ser usada também para tráfico de cocaína, com situações regulares e crescentes, inclusive com uma apreensão de mais de 300 (trezentos) quilogramas em data recente.

Nada obstante a necessidade de grandes investimentos na área da segurança pública em grandes centros é certo que o combate efetivo ao aumento da criminalidade deverá principiar pela melhor estruturação e fiscalização da fronteira, por onde tem entrada e saída de bens ilícitos de toda natureza, como drogas, armas, dentre tantos outros.

Considerando que Guaíra é cidade com perfil turístico, seja pelo rio Paraná ou mesmo pelo acesso ao estado do Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente ao Paraguai, todavia, conforme tem sido amplamente divulgado pelos meios de comunicação, tornou-se rota para o contrabando/descaminho, ainda, tráfico de drogas e contrabando de armas.

Considerando, ainda, que a segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, conforme expressa o texto constitucional, em seu artigo 144.

Destarte, apesar de todos os esforços que acreditávamos pertinentes, desde há muito, nada mudou e, não podemos permanecer silentes, com a responsabilidade exclusiva por tamanha barbárie, em que aproximadamente 180 pessoas permanecem enclausuradas em condições subumanas, ao arrepio da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, do Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e mesmo da legislação penal e de execução penal pátrias.

Portanto, medidas emergenciais se tornam necessárias à resolução do caso em questão, para restabelecimento do Direito e, mesmo de condições mínimas à dignidade da pessoa humana, sob pena de, além da continuidade das fugas que se tornaram recorrentes e mesmo colocam em risco a segurança pública, quicá sermos surpreendidos por ocorrências ainda mais graves.

Diante de todo o exposto, é necessária, urgente e imprescindível a construção de nova Delegacia da Polícia Civil com carceragem compatível com a demanda e em condições que respeitem a dignidade da pessoa humana (1); também a implementação das obras necessárias ao fim da interdição da carceragem da Delegacia da Polícia Federal local (2); ainda, a elevação da Polícia Militar local à condição de Companhia e à Delegacia da Polícia Civil à Subdivisão (3), com conseqüente aumento de estrutura material e pessoal tudo para fazer frente ao

aumento vertiginoso dos índices de criminalidade em nosso município e região.

(aa) FABIAN PERSI VENDRUSCOLO

Prefeito

JOSEFINO XAVIER DE LIMA

Presidente da Câmara

CHRISTIAN LEANDRO PIRES DE

CAMARGO OLIVEIRA

Juiz de Direito

ÉRICA WATANABE

Juíza Substituta

SIMONE TRENTA

Juíza de Direito

ALEXANDRE RAMALHO DE FARIAS

Promotor de Justiça

MARCOS CRISTIANO ANDRADE

Promotor de Justiça

LUIZ CLÁUDIO NUNES LOURENÇO

Presidente da Ordem dos Advogados - Seção Guaíra

JALDECIR PINHEIRO

Presidente do Conselho da Comunidade

MARCIEL BARBOSA LOBATO

Presidente da Associação Comercial"

Esse documento vem ainda subscrito com outro documento. Pelos eminentes Prefeitos, e por essa razão pedi escusa pelo fato de estar cansado pela leitura do documento, mas pelo valor que tem que se dar a este documento.

(Lê os nomes dos subscritores)

Em respeito a todos esses Prefeitos, às autoridades do município de Guaíra, independente do partido, em respeito aos Juizes, ao Ministério Público, aos Promotores que foram *in loco* verificar as condições da segurança no município de Santa Helena, é que fiz questão de ler esse documento que foi dirigido à nossa pessoa.

Não podemos deixar em branco que o Governo do Estado, que o Presidente da República, através do Ministério da Justiça, não dêem uma atenção diferenciada para a região oeste do Paraná.

O Jornal Nacional, todas as televisões e os grandes jornais da capital e de São Paulo têm noticiado a apreensão que ocorreu naquela região.

O Governo tem que se convencer, de uma vez por todas, da instalação de um centro especial - aliás já tinha no Governo passado um projeto, e deve ser visto pelo atual Governo - um centro de inteligência que congregasse todas as Polícias, Receita Estadual e Federal, Exército e Marinha e possam fazer um trabalho em conjunto.

É pelo oeste do Paraná que entra a maconha, entram os armamentos que abastecem o crime organizado em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Quando os governantes vão se convencer disso? Tem que se instalar urgentemente algumas ações concretas

para coibir a criminalidade aqui em Curitiba, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero me solidarizar com seu pronunciamento e hipotecar esse desejo da comunidade de Guaíra e dos municípios da região. Já há um apelo da cidade de Foz do Iguaçu no mesmo sentido.

As apreensões de droga, herbicidas, inseticidas têm sido seguidas. Queremos que o estado e a Polícia Federal tenham mais rigor na faixa de fronteira, porque ali é a porta de entrada de muitas ilegalidades, armas, tóxicos, agrotóxicos e tem dado muito prejuízo para o setor agropecuário. Tem, também, acontecido muitos crimes.

Quero prestar toda minha solidariedade ao pronunciamento de V. Exa., à comunidade de Guaíra e à comunidade regional que subscreveu essa carta.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Aproveito esta oportunidade, Deputado Elton Welter, V. Exa. que é Deputado do partido do Presidente da República, para que o Ministro da Justiça dê uma atenção especial a essa região. Aproveito a oportunidade, também, para conclamar ao Líder do Governo, ao Deputado Romanelli, para que convença o Governador do Estado do Paraná para que aceite aquilo que as autoridades de Foz do Iguaçu desejam: que a tarefa da Força Especial do Governo Federal possa vir para a nossa região.

Só existe uma pessoa que pode autorizar a vinda da Força Especial da Segurança do Governo Federal para o estado: é o Governador. Governador Roberto Requião, faça o que o Governador do Rio de Janeiro fez. O Presidente da República, durante os Jogos Pan-Americanos, mandou toda tarefa especial para dar segurança aos atletas e aos turistas que estiveram no Rio de Janeiro. Depois, o Governador do Rio de Janeiro pediu a permanência dessa Força Tarefa. Então, que o Governador do Estado aceite essa Força Tarefa que foi solicitada pelo Prefeito e pelos Vereadores de Foz do Iguaçu.

Por que o Governador do Estado do Paraná não quer ou não aceita a vinda das pessoas que querem oferecer a segurança para a nossa região? E não é só para a nossa região, mas que darão segurança para a sociedade do Paraná, Deputado Douglas Fabrício. Como disse anteriormente, os marginais usam a região oeste, usam o lago de Itaipu, usam a nossa região para contrabandear as armas que são comercializadas em São Paulo e Rio de Janeiro. As armas que vão parar nas mãos dos criminosos, dos assaltantes, vêm de outros países. A drogas, também, vem de outros países e a imprensa tem mostrado as grandes apreensões que aconteceram, nos últimos dias.

Governador Roberto Requião, aceite o pedido de Foz do Iguaçu, independente da posição política do Prefeito. Eu sei que o Prefeito de Foz do Iguaçu não é do PMDB, mas o Prefeito tem um mandato e é passageiro. O Governador Roberto Requião tem um man-

dato e é passageiro. Dia 31 de dezembro de 2010, se ele ficar até lá, ele não será mais Governador depois dessa data, mas o Paraná permanecerá para sempre. Então somos passageiros, mas as nossas atitudes e os nossos atos permanecerão para sempre.

Com segurança não se brinca! A segurança tem que ser oferecida e não pode ser negada quando alguém quer ajudar. Vamos, Governador Roberto Requião, aceite aquilo que a comunidade de Foz do Iguaçu deseja! Governador Roberto Requião, mais de 200 assassinatos já ocorreram no município de Foz do Iguaçu só neste ano! Só neste ano! E a Polícia não consegue dar conta!

Sabemos que foi lido, agora, Sr. Presidente na hora do Expediente, uma mensagem do Governador criando mais duzentas vagas para a Polícia Militar, 100 para Foz do Iguaçu e 100 para Londrina, mas não resolve o problema. Ajuda, ajuda sim, mas Governador, aceite a vinda da força especial do Governo Federal! Aceite aquilo que a comunidade do oeste do Paraná deseja! Aceite, Governador, aquilo que todas as autoridades desejam, seja no Ministério Público, seja no Poder Judiciário, sejam as entidades representativas, as lideranças todas. Vamos dar uma atenção especial para o oeste do Paraná.

Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PTB. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, queria aproveitar, neste momento, a presença do Deputado Anibelli, que agora há pouco vi no plenário, para pedir a ele que nos ajude, por ser da Bancada do Governo, porque o Deputado Anibelli foi o Deputado mais votado em Reserva, onde também tivemos alguns votos.

Uma criança oriunda do interior de Reserva, uma pessoa extremamente pobre e simples, está internada no Hospital Dr. Feitosa, na cidade de Telêmaco Borba, precisando com urgência de uma UTI pediátrica e correndo sério risco de morte. Essa criança deveria ter sido transferida no dia de ontem, mas por incompetência de alguém, Deputado Romanelli, ontem perdeu-se uma vaga aberta em Londrina, e essa criança está em Telêmaco Borba, onde não há UTIs pediátricas instaladas naquela cidade. Por isso, aproveito a oportunidade para solicitar à Liderança do Governo, essa criança ainda está

viva, essa criança ainda vive lá em Telêmaco Borba. Faço esse registro porque mais uma vítima está agonizando, esperando a hora lá em Telêmaco Borba. Então, eu gostaria de pedir aos membros do Governo que tomem providências. Estavam agendadas para ontem a transferência da criança para Londrina, não foi a UTI móvel e a criança está lá em Telêmaco Borba. Eu faço esse apelo. O nome da criança é Fábio dos Santos Pereira, tem 8 anos, vem lá do interior de Reserva, pessoa humilde, pessoa simples, e está passando por um momento bem difícil lá em Telêmaco Borba.

Fica aqui o pedido para o Governo, que quando quer ouve, e quando não quer não ouve. Ouçam o pedido daquela criança, uma criança de 8 anos, pobre, humilde, oriunda do interior de Reserva, está em Telêmaco Borba precisando de uma UTI pediátrica. Por favor, senhores da Carta de Puebla, esse é o verdadeiro representante da Carta de Puebla, não deixem morrer essa criança! Não deixem morrer mais uma pobre e inocente vítima, porque senão “o bicho vai pegar” amanhã aqui. Só vou, mais uma vez, registrar que por incompetência de algum puxa saco da saúde, a criança não foi transferida, porque, infelizmente, neste Governo tem muito puxa saco, que só aplaude e não trabalha. E esse é o grande problema do Governo: aplaude, ri e chora, e quando precisa trabalhar, alguns não trabalham. E aí uma criança pode perder a vida.

Faço esse pedido oficialmente à Liderança do Governo: não deixem essa criança morrer, ela é da Carta de Puebla. É duro perder um filho nosso que é da Carta de Puebla, aquela criancinha, a Cartinha de Puebla, dói no fundo do coração. Por favor, não deixem morrer essa criança, porque senão amanhã “o bicho pega”, já vou avisar aqui para salvarem a criança, é obrigação do estado fazer isso, afinal se prometeu isso na campanha.

Mas, Sr. Presidente, estou apresentando, hoje, um requerimento, V. Exa. vai colocá-lo em votação no horário dos requerimentos. Eu não ouvi, mas me disseram que foi pesada a “escolinha” hoje. A “escolinha” de Governo, hoje, foi um verdadeiro temporal peemedebista. E eu como não ouvi, não tive condições de ouvir, estou como representante e de acordo com aquele juramento em cima do pauzinho que fizemos ali, tem que subir para ficar mais alto, eu estou requerendo a presença do Sr. Francisco Alpendre, ele que é representante da ParanaPrevidência, Diretor Jurídico, para que venha a esta Casa, Sr. Presidente, que aqui é o lugar de se fiscalizar, que venha o mais rápido possível, como forma de convite, para que venha dizer aqui aos Deputados o que tem a ver com esta história de Ministério Público - se é verdade estas informações colocadas hoje na imprensa de que o Ministério Público promoveu Promotores de forma ilegal.

Solicito isto e peço aos companheiros que aprovem o meu requerimento convidando - pois não podemos convocar, somente Secretários de Estado - mas que venha o Assessor da ParanaPrevidência esclarecer a esta Casa o que o Governador mostrou na “escolinha” hoje.

Diz que é muito grave. Precisamos ouvir isto. E como não somos obrigados a ir à “escolinha”, vai quem quer, aqui é a nossa Casa de fiscalização, e eu estou pedindo que o mais rápido possível este Diretor venha nos explicar o que está acontecendo com o Ministério Público e em seguida, Sr. Presidente, eu vou solicitar também a convocação do representante do Ministério Público que também venha dar o outro lado da versão neste caso aqui. Vamos ouvir os dois lados para que possamos tomar uma providência.

Quero alertar também, Deputado, que na Ordem do Dia consta hoje - e me disse o Presidente que não haverá Sessão Extraordinária hoje - há um projeto polêmico na Ordem do Dia e eu só lamento que não vejo aqui os membros da Oposição - um dia pesado hoje, o Líder não está aqui e não vejo o Deputado Reni Pereira, que é um especialista em orçamento, e na Ordem do Dia de hoje tem uma questão que envolve recursos que temos que ter cautela, porque estou neste momento analisando a prestação de contas, o parecer prévio do Governo Requião de 2006, e acho, Srs. Deputados, que não cabe esse recurso ser alocado nesse banco de fomento pela prestação de contas que eu tenho ali, pelo parecer contrário do Tribunal de Contas do Paraná.

Vamos votar hoje a constitucionalidade. Eu já vou dizer que vou votar contrário, porque estou lendo o relatório prévio do Tribunal de Contas do Estado, que é uma pérola, é de parar o Paraná, o relatório que estou lendo ali, parecer prévio da prestação de contas do Governo Requião de 2006.

Então, solicito que na Sessão de amanhã caberá emendas, e acho, senhores, que precisamos analisar com profundidade essa alocação de recursos na carteira de fomento. Vem aí o papo que é para ajudar o interior, não sei o quê, mas vamos ficar atentos, porque pelo que estou lendo ali acho que não cabe esse tipo de investimento pela situação que o Paraná está.

Deputado Romanelli, a criancinha da Carta de Puebla está chorando lá.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas para informar a V. Exa., enquanto o senhor falava eu estava com o Deputado Teruo Kato, e imediatamente, em razão do seu pronunciamento, telefonei para a Secretaria da Saúde, conversei com uma pessoa que neste momento está exatamente verificando as condições e por quê não foi efetuado o transporte e todas as condições.

Então, o seu pronunciamento já surtiu efeito, pelo menos da minha parte que já acionei a Secretaria de Estado da Saúde para tomar providências urgentes em relação ao seu pedido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados pessoal da imprensa, público aqui presente.

Primeiro, quero reforçar o pedido, Sr. Presidente, de uma Audiência Pública que estamos propondo à Comissão de Segurança desta Casa, para que possamos ir a Campo Mourão e ouvir a comunidade com relação ao tema segurança pública. Tenho algumas informações, como já falei outras vezes aqui, sobre as fugas de presos que colocam em xeque a segurança na Delegacia. Isso o caso de Campo Mourão. Tenho aqui o resultado do trabalho dos policiais, tanto os Militares quanto a Polícia Civil, lá na região de Campo Mourão, os municípios que compreendem a região em volta de Campo Mourão.

Qual o nosso objetivo? O nosso objetivo é que a Comissão de Segurança vá até Campo Mourão e, numa forma bem cordial, ouçamos a comunidade, Deputado Mauro Moraes que é o Presidente da Comissão, para que possamos ouvir qual desejo da comunidade lá naquela região. Especialmente com relação ao mini-presídio que tem lá, que não comporta as pessoas que estão lá presas e que isso está ocasionando problema sério, não só em Campo Mourão como em todos os municípios da região.

Dia desses recebi do Deputado Romanelli uma informação que ele viu na Escola do Governo, um investimento de 111 milhões, quase triplica a vaga do sistema penitenciário. Então, um documento do Governo prevendo novas vagas para os presídios, mas não tem nada previsto na região de Campo Mourão.

Então, gostaria que a Secretaria da Segurança Pública também pudesse estar presente nessa Audiência em que vamos discutir a segurança. Só reforçar o pedido de apoio ao Presidente porque foi um documento que apresentamos no dia 14 de agosto e até agora não tenho oficialmente a resposta desta Casa. Mas, que já estou reforçando o pedido.

Lembrar mais uma vez dos requerimentos. Não só os do Deputado Douglas Fabrício, não. De todos os Deputados aqui desta Casa. Ainda não chegou resposta dos 2 requerimentos que tenho. Mais de 60 dias. Estava inclusive lembrando, fui ver bem claramente aqui na Constituição do Estado do Paraná, está prevendo no artigo que o Governador, o Secretário de Estado, a pedido da Mesa Executiva desta Casa, tem 30 dias para responder. Não respondeu, não veio a resposta até agora e parece que estamos brincando aqui dentro.

Reformular o pedido aqui ao Presidente e aos demais Deputados para que tenhamos esta resposta.

Hoje estávamos vendo aqui a TV Assembleia já começando a trabalhar, disse o Sr. Presidente que daqui a

alguns dias já vai estar na casa das pessoas levando informação. A informação cada vez mais transparente do nosso trabalho, o que fazemos aqui no dia-a-dia.

Aliado a isso queria reforçar o pedido ao Presidente: para marcar o gol de placa, precisamos de 2 pontos. Tenho certeza que o senhor e toda a Mesa Executiva vai marcar esse gol de placa que é o painel eletrônico, porque com todo o respeito aos Deputados é uma coisa até feia essa história de “senta, levanta”. Com o painel eletrônico resolve esse problema e o gol é de S. Exa. para que possamos ter mais esse bonito trabalho aqui na Assembleia Legislativa. Além, é claro, da informatização.

Vou conversar agora com o “computador” desta Casa, o Dr. Severo, para levantar algumas informações, a informatização dos projetos de lei e dos requerimentos, tudo aquilo que tramita na Casa, se tivéssemos acesso pela internet ou aqui mesmo, internamente, para melhorar a vida da comunidade, das pessoas que aqui representamos. Por último, porém não menos importante, quero reforçar aqui, já foi falado pelo Deputado Tadeu Veneri, do PT, esta reportagem que temos hoje no jornal Gazeta do Povo, diz aqui: “Entidade quer derrubar a lei que instituiu o voto aberto na Assembleia Legislativa.” Esse voto aberto, no meu entender, foi um grande avanço para o estado do Paraná. O que eu quero pedir aqui, também não conheço essa entidade, Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários e Aéreos - CONUT, que está alegando a inconstitucionalidade dessa lei.

Concedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Primeiro gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento em nome do PPS. Queria dizer que o voto aberto é um direito dos cidadãos paranaenses de ter ciência de como os seus representantes votam e se posicionam sobre questões de interesse público e também é um direito dos Parlamentares de manifestar, de forma transparente, sua opinião e seus votos. Enfim, considero o voto aberto um direito já consolidado e temos que repudiar qualquer artifício obscuro.

Lutei como estudante de Direito para esse avanço na política e não vou admitir retrocesso! Não quero perder o direito de saber, exatamente, que rumos a Assembleia Legislativa está tomando. O voto aberto traz segurança também aos agentes públicos, que querem fazer política da maneira mais correta e democrática!

Então, em nome do PPS, lhe cumprimento, Deputado Douglas Fabrício, e o nosso partido tem uma posição muito clara sobre esse assunto. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Queria ressaltar também, aqui na Assembleia já foi aprovado, espero que essa ação movida por esta confederação não dê em nada, que não altere esse avanço que aconteceu aqui na Assembleia.

O que eu quero pedir é que as Câmaras de Vereadores também instituíssem o voto aberto, que o Congresso Nacional também instituísse o voto aberto, acabasse de vez com o voto secreto. Qual é o problema de mostrar com transparência, enfrentar a comunidade com o seu voto? Tem direito sim, é o eleitor ao voto secreto, seja no Poder Executivo ou no Legislativo. Agora, é um atraso o voto secreto nas Câmaras de Vereadores e também no Congresso Nacional. Qualquer que seja a situação, na minha opinião é um atraso!

O povo precisa saber, cada vez mais caminhamos para a informatização, como estamos vendo aqui a TV Assembléia. Daqui a alguns dias todos os Deputados, a região de cada um, vai estar sabendo o que está acontecendo aqui. É um avanço muito grande e, como eu disse, um gol de placa do Presidente Nelson Justus, da Mesas Executiva e de todos os Deputados. É um avanço muito grande e, como eu disse, um gol de placa do Presidente Nelson Justus, da Mesa Executiva e de todos os Deputados. É um avanço para a Assembléia! Precisa, sim, do painel eletrônico, precisa de informatização, mas o voto aberto, esse gol a Assembléia já marcou! Esperamos que as Câmaras de Vereadores também façam isso, no Brasil inteiro, a começar pelo Paraná. Se tiver algum Vereador aqui presente pode levar essa idéia para a sua Câmara de Vereadores e também ao Congresso Nacional.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Douglas Fabrício, apenas para cumprimentá-lo e dizer que penso como V. Exa. Normalmente o político brasileiro tem, na campanha, a campanha é pública, mas ao se eleger, privatiza-se o mandato, quer que suas atitudes sejam privadas e no âmbito do foro pessoal. Claro que isso é errado, portanto, o fim do voto secreto foi um avanço extraordinário e a Assembléia Legislativa do Paraná deu esse exemplo.

Eu fui Vereador pela primeira e única vez em 1989, em Londrina, isso há 18 anos atrás e o primeiro projeto que apresentei, na Câmara que tinha 21 Vereadores, foi para abolir o voto secreto. Infelizmente, perdi de 20 a 1, mas hoje se discute o fim do voto secreto. Acho que a sociedade avança desta forma.

Parabenizo V. Exa. Conte também com a voz do nosso mandato e do nosso gabinete para que a Assembléia Legislativa do Paraná continue dando um exemplo para o Brasil nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço os apartes.

Reforço, aqui, que nunca poderemos voltar atrás na questão do voto. E reforçar o pedido a todos os Vereadores do Paraná e do Brasil, que instituíam o voto aberto, transparente, para que toda a população conheça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró.

Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Assumi um compromisso, um compromisso com familiares, com alunos, amigos da cidade de Ponta Grossa, de toda semana subir nesta tribuna e cobrar do Governo do Estado do Paraná uma ação concreta para, definitivamente, resolver o problema existente no Instituto de Educação César Prieto Martins. O Instituto de Educação, um colégio que foi modelo para as demais casas de ensino do nosso estado, hoje está em uma situação de calamidade pública. Quero, aqui, pedir para o Deputado Romanelli, Líder do Governo, representante do Governo do Estado nesta Casa, para que escute o que estão vivendo em especial os alunos do Instituto de Educação. Em nome desses alunos, dos professores, dos funcionários, do Diretor daquele instituto, daquela casa de ensino, o professor Josué, pedir ao Governo para resolver o problema da recuperação do Instituto de Educação, que está em uma situação delicadíssima, está em estado de calamidade. Os banheiros daquele colégio não funcionam quando chove entra água dentro das salas e os alunos não podem estudar. O colégio sofreu uma ação de marginais, foi roubado durante o mês de julho, onde as telhas daquele colégio foram saqueadas. E naturalmente o colégio ficou impraticável.

Então, registro, aqui, mais uma vez o alerta para o Governo do Estado e o pedido dos ponta-grossenses ao Governo para que resolva definitivamente, porque está se aguardando uma ação do Governo do Estado já há bastante tempo. Várias manifestações dos representantes de Ponta Grossa já foram feitas cobrando uma solução, mas infelizmente o Governo não escuta. Sugeri até uma obra emergencial, porque cabe na situação que está o colégio, uma obra emergencial. O Governo do Estado que contrate as empresas sem licitação pública, para que possa ter no prazo mais rápido possível, a solução definitiva, para podermos reconstruir o Instituto de Educação, só que infelizmente não saiu o edital de licitação. Se for publicado, um bom tempo vai demorar para que as empresas possam ser escolhidas. Aqui, peço ao Governo e ao Secretário Maurício Requião, para que definitivamente resolva o problema, chega de papo! É só promessa, promessa, promessa!

Durante a campanha eleitoral, o então Governador em exercício, enquanto o Governador fazia campanha, foi ao Instituto de Educação, prometeu no meio da campanha eleitoral que iria resolver o problema. Já se foi quase 1 ano ou melhor, já está fechando 1 ano que lá esteve e, infelizmente, até agora nada aconteceu.

Quero aqui conceder um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Dia 1ª de fevereiro deste ano, posse dos Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião determinou ao Maurício, que é seu irmão, Secretário, que fizesse a reforma do Instituto de Educação em caráter de emergência. Eu estava presente. O Governador Roberto pediu ao Maurício. Estamos falando em tom de brincadeira porque não estamos para brincadeira, o colégio vai cair na cabeça de uma criança e daqui a pouco alguém vai ser responsabilizado.

Acho que falta coragem também do Prefeito de Ponta Grossa, porque quando eu era Prefeito eu interditei o Colégio Regente Feijó e o estado fez a obra. Acho que o Prefeito Vosgrau poderia dar uma de Jocelito e mandar fechar o Instituto, porque ele é o Presidente da Defesa Civil, e sairia a obra.

Mas queria cumprimentar V. Exa. e me somar, dizendo que lá esteve, só não esteve o Requião, mas o Presidente desta Casa, quando o Governador foi lá eu estava junto. Esteve Orlando Pessuti e disse que ia liberar. E finalmente falou só o Requião.

Tudo depende do Maurício, porque o Roberto Requião já autorizou o Maurício e o Sr. Maurício não cumpriu o que o Roberto determinou, e as crianças estão sofrendo.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Plauto, Deputado Jocelito, o que estamos vendo em Ponta Grossa com relação ao Colégio Instituto de Educação é simplesmente uma vergonha. A tragédia é eminente! A qualquer momento pode acontecer uma desgraça na cidade de Ponta Grossa. Nós sabemos a quem vamos responsabilizar. Vamos responsabilizar o Governo do Estado do Paraná.

É importante todos os Deputados de Ponta Grossa se pronunciarem, pois as crianças, os estudantes do Instituto de Educação estão indo às ruas, estão fazendo manifestações importantes reivindicando o que é deles por direito. Os Parlamentares aprovaram, através de emendas, através de reivindicações de requerimentos, e a verba já está liberada. Só falta a boa vontade política por parte do Sr. Secretário. E é isso que nós esperamos.

Amanhã, os alunos do Instituto de Educação estarão aqui na Assembléia Legislativa. Assim talvez, daqui das galerias poderão sensibilizar o Líder do Governo e os Srs. Parlamentares da base governista para que, dessa maneira, enviem um pedido diretamente ao Governador Roberto Requião para que ele faça as obras emergenciais.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui deixar registrado, em nome das crianças e dos alunos que estudam no Instituto de Educação, em nome dos professores, enfim, em nome de todos aqueles que fazem do Instituto de Educação um excelente colégio, casa de ensino na cidade de Ponta Grossa.

Acorda, Maurício Requião! Vai ter problemas sérios com relação à situação que se encontra o Instituto. Crianças não se machucar, porque aquela casa vai cair!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PP. Com a palavra, Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia 12 de julho solicitamos, nos termos do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná, informações por escrito à Secretaria de Estado da Saúde sobre a quantidade de hospitais que estão sendo construídos até a presente data, bem como o estágio de andamento de suas obras, o custo de cada uma destas obras, os aditivos já firmados, com seus prazos e respectivos valores, o prazo de finalização das obras, e perguntamos, nesse ofício encaminhado ao Secretário Cláudio Murilo Xavier: quem irá gerir cada um desses novos hospitais?

Quero informar à Mesa da Assembléia Legislativa que até o momento não recebemos resposta, Deputado Elio Rusch, deste ofício encaminhado ao Secretário da Saúde, solicitando informações sobre a construção dos hospitais tão propagandeados pelo Sr. Governador ao longo da última campanha eleitoral.

Por quê o Governo não responde a estas questões eu não sei. Mas, se até o início da próxima semana não recebermos uma resposta, teremos que encaminhar à Liderança da Oposição para uma avaliação da equipe de advogados do Deputado Valdir Rossoni sobre a necessidade de que se ingresse com uma nova solicitação na Justiça, porque me parece que a decisão da semana passada não sensibilizou o Governo do Estado.

O Governo continua omitindo informações dos Deputados, quando na verdade deveriam informar não apenas os Deputados, mas todos os cidadãos paranaenses, ao invés de promover um desvio de foco, como fez hoje pela manhã, na famigerada “escolinha” da TV Educativa, afrontando a instituição Ministério Público. Lamentável o que eu assisti hoje pela manhã, na “escolinha” do Sr. Requião. Profundamente lamentável!

Mas, ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para informar que amanhã, quarta-feira, às 11h da manhã, estaremos reunindo diversos representantes da classe médica, em busca de apoio da Comissão de Saúde, na sua luta por um reajuste nos repasses do SUS. Atualmente, o Sistema Único de Saúde remunera o médico com R\$ 2,04 por consulta normal e R\$ 7 por consulta especializada.

Todos os procedimentos médicos têm um valor mínimo, ditado por uma tabela chamada Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, e segundo a Associação Médica do Paraná, para que a remuneração fosse digna, os valores deveriam chegar a,

no mínimo, 20% a 30% acima dos valores dessa tabela. Desta forma, o médico poderia receber pelo menos R\$ 12 em uma consulta normal e R\$ 60 em uma consulta especializada.

Os médicos vêm à Assembléia Legislativa amanhã. Estará aqui o Presidente da Associação Médica do Paraná, o Presidente do Conselho Regional de Medicina, o Presidente do Sindicato dos Médicos e o Vice-Presidente da Associação Médica Nacional, Dr. Jurandir Marcondes Ribas. Eles vêm em busca do apoio desta Casa para cobrar do Governo Federal, para cobrar do Ministério da Saúde o aumento nos repasses do SUS.

Por isso, convido todos os Deputados que são membros da Comissão de Saúde para que compareçam a esta reunião, amanhã, às 11h na sala das comissões, e também os demais Deputados que não são membros da comissão, mas que são interessados no tema.

Por último, quero agradecer a todos os Deputados que assinaram a criação da Frente Pela Vida, e contra qualquer tentativa de alterações na legislação vigente no Brasil sobre o aborto, com a finalidade de se posicionar contra os projetos e tentativas de modificação das leis do aborto e a favor do direito à vida, garantidos pela Constituição Federal.

Assinaram esse documento o Presidente Nelson Justus, Deputados Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Acorssi, Marcelo Rangel, Fábio Camargo, Edson Praczyk, Dr. Batista, Mauro Moraes, Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Antonio Anibelli, Duílio Genari, Edgar Bueno, Chico Noroeste, Geraldo Cartário, Teruo Kato, Carlos Simões, Plauto Miró Guimaraes, Luiz Nishimori, Mohamad, Mauro Moraes.

Esse documento será encaminhado à Câmara Federal, porque lá tramita um projeto de lei onde se propõe a legalização total do aborto no Brasil até o 9º mês de gestação e por qualquer motivo. Somos contra essa iniciativa, porque ela fere a Constituição Brasileira e fere o Código Penal, que não criminaliza os casos de aborto quando existe risco de vida para a gestante ou quando este aborto é feito por uma gestante que sofreu o crime de estupro. Em contrapartida, a interrupção voluntária da gestação é rigidamente sancionada no artigo 124, que prevê punição à toda gestante que provocar aborto em si mesma ou consentir que outro o provoque.

Para evitar a realidade dos abortos clandestinos, cumpre ao estado organizar melhor os serviços de saúde, proporcionando às futuras mães condições mínimas de atendimento.

Uma outra tentativa é a criação de programas viáveis de natalidade, consistentes em planos de família, capazes de ajustar o número de filhos à capacidade econômico-financeira da família, de modo a desestimular a ocorrência de abortos ilegais. Regular o aborto no Brasil seria um verdadeiro retrocesso, pois é importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 proíbe o aborto, defendendo em seu artigo 5º o direito à vida como mais

relevante, além de instituir no artigo 226 o princípio da paternidade responsável.

O Código Civil Brasileiro, seguindo a mesma orientação, afirma em seu artigo 2º que a personalidade civil da pessoa começa no nascimento com a vida, mas a lei põe à salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. E completando a defesa constitucional do direito à vida, a Carta Magna, em seu artigo 277, diz que é dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida. Para assegurar tais direitos, temos que exigir dos governantes uma estrutura eficiente dos serviços de saúde pública.

No mundo todo, cerca de 100 milhões de famílias estão sendo empurradas para baixo da linha da pobreza, segundo estudo recém-divulgado pela Organização Mundial de Saúde, devido a gastos com saúde em decorrência de maus investimentos na área por parte dos Governos. Em nosso país em desenvolvimento, além de tudo, a expansão equilibrada da população é fundamental. Em suma, analisando os aspectos jurídicos e ideológicos da questão, a nossa posição é de resistir às tentativas de legalizar o aborto no Brasil, por guardar a certeza que o direito à vida, desde a sua concepção, é inviolável.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria me manifestar inicialmente a respeito do Instituto de Educação. Vejam, toda a comunidade pontagrossense, os estudantes, professores, Diretores, Deputados, sabem a importância que tem o Instituto de Educação para a nossa cidade, para milhares de alunos. E defendem que o mais rápido possível seja feita a obra de reforma do Instituto. O Governo também pensa assim, tanto que colocou recurso no orçamento, fez uma licitação. Infelizmente, na licitação apenas uma empresa compareceu, e o Governo do Estado entendeu que se aprovasse aquela licitação pelos valores cobrados, estaria cometendo uma ilegalidade. Refez o projeto, isso demora um certo tempo, e atualmente o projeto está precisando, segundo informações que tive agora, necessitando de aprovação da COPEL e do Corpo de Bombeiros. Tão logo isso seja resolvido, a obra será licitada e uma reforma, a cobertura total do Instituto, será concretizada.

Estive, há 10 dias atrás, depois surgiu a polêmica aqui na Casa, falando diretamente com o Diretor da escola, professor Josué, visitei as salas, o anfiteatro, inclusive subi no telhado do Instituto com o Diretor, e senti o estado geral daquele educandário, que sem dúvida nenhuma tem muitos problemas. Está entrando água em

parte do anfiteatro, duas salas, por causa da umidade não estão tendo aula, a situação dos pisos que também estão degradados. O Instituto necessita de reforma. Agora, isso caracteriza obra de emergência, porque nós, em nome de uma luta que todos queremos, não podemos transformar essa luta numa política com o simples motivo de aparecer, que através do grito, do protesto, vai resolver um questão que já está encaminhada para ser resolvida.

Vamos olhar a questão técnica: o que caracteriza um obra emergencial? O Instituto, como diz o

Jocelito, então nesse caso, se tivesse correndo o risco, tinha que ser evacuado. No entanto, as crianças estão lá.

Perguntei ao Diretor: o Instituto, apesar dos problemas graves que têm, está em condições de manter as aulas para os jovens e crianças? Ele disse: “Sim”. Eu perguntei a ele: e quando for feita a obra vai ter que tirar as crianças daqui? Ele disse: “Não, vamos fazer a obra por etapas. Então quando tal sala for arrumada, tenho aquela outra sala, consigo organizar o ciclo dos estudantes de tal forma que a obra possa ser realizada se que nenhuma turma sequer tenha que sair do Instituto”. Ou seja, segundo a análise do Diretor e dos técnicos, toda obra de ampla reforma, um telhado totalmente novo poderá ser feito e o Instituto continuar acolhendo as crianças.

Então, isso não demonstra que é uma obra emergencial. Se o Governo fizesse essa obra emergencial estaria ocorrendo ilegalidade. Isso tem que ficar claro, se quisermos fazer o debate sério, do ponto de vista correto.

No Regente o que aconteceu? O Deputado Jocelito - o pessoal teve que sair do Regente - embargou. Agora, por todas as análises que fiz, Deputado, ouvi o Josué, ouvi as lideranças, a obra não precisa ser embargada, ela está em condições ainda de agasalhar, com todos os problemas que tem, a juventude que lá estuda e as crianças. Isso tem que ficar claro. Eu defendo da mesma forma com todos os Deputados de Ponta Grossa, todas as representações populares de Ponta Grossa, a máxima rapidez na reforma do Instituto.

Mas não temos aspectos legais. Falei com o Chefe do DECON, falei com o núcleo, falei com o Diretor, que justifique uma obra sem concorrência pública. Depois, conversando com o Diretor Josué ele me disse: “A obra mais emergencial, Deputado, precisamos que seja feita mais uma casa nos fundos, para termos mais um funcionário cuidando da segurança do Instituto.

Encaminhei ao Secretário da Educação que seja emergencialmente construída uma outra casa, para acolher um funcionário e algumas obras emergenciais. Mas a reforma não se classifica como obra emergencial, assim me disse o Diretor, o engenheiro e todas as pessoas que consultei.

Quero deixar claro o meu apoio aos Deputados. Também estou cobrando o Governo que a reforma seja feita o mais depressa possível.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. diz que o DECON falou que não é obra de emergência? Estou perplexo! V. Exa. tem ido ao Instituto nos últimos dias?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Estive lá há 10 dias. Subi no telhado, visitei as salas.

É uma questão de lógica. Se uma obra, para ser construída, não precisa ser interditada, as crianças podem ficar lá dentro, como vai ser classificada como emergencial? Isso não existe!

Perguntei ao Diretor se precisava tirar as crianças e ele me disse que não. A obra será feita em etapas.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Por que não fizeram a licitação? Se em 1º de fevereiro o Governador autorizou e até hoje não saiu nem licitação, nem nada.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Concordo que temos que dar maior rapidez a essa obra. As obras têm que ser rápidas, mas não classifica, do ponto de vista legal, como emergenciais, sem licitação.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Estou acompanhando o seu pronunciamento, e talvez V. Exa. não tenha conversado com os alunos e os professores, porque o que está acontecendo é tão drástico, pois está chovendo dentro das salas. Se não é emergencial, não sei o que é!

Aquele teto pode cair na cabeça das crianças.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Falei com DECON, com o Josué, e estive pessoalmente lá. Tem uma parte do telhado que cai água, não estou discordando disso, mas do ponto de vista legal, o Governo não tem condições de fazer uma obra sem licitação.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Vai demorar cerca de 9 meses. Em 9 meses não teremos Instituto de Educação.

A obra tinha que ser feita num regime emergencial, com certeza. Apenas visitando o colégio você tem ciência do que está acontecendo.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Segundo as análises do engenheiro não pode ser feita a obra sem licitação. O que podem ser feitas são pequenas reformas emergenciais nos aspectos mais graves.

Temos que cobrar do Governo agilidade para resolver. Se estivesse o Instituto em situação tão grave, as crianças não poderiam estar lá!

Temos muitas escolas no Paraná que estão com problemas. Então, do meu ponto de vista, defendo a rapidez, mas não podemos usar esse argumento porque o Governo terá problemas de legalidade se fizer uma obra emergencial sem licitação. Esse é o meu argumento. Eu encaminho ao Secretário Maurício a posição desta Casa para segurança e devemos cobrar agilidade do Governo, sem dúvida nenhuma, para que essa licitação seja feita imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do PMDB, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

(Declina).

Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 274/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado, providências para cessão de imóveis às Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 275/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a inclusão da disciplina de Ecologia e Meio Ambiente, no ensino público do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 276/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado, liberação de uma ambulância para o município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Tadeu Veneri, para representar esta Casa de Leis na 3ª Conferência Estadual das Cidades, como Delegado representante da Assembléia, nos dias 26 e 27 do corrente mês, na cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis na VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos dias 14 a 16 do corrente mês, na cidade de Pinhão/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Reni Pereira, para representar esta Casa de Leis nos dias 10 e 11 do corrente mês, na cidade de Brasília, na instalação dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária, na qualidade de Presidente da referida comissão, junto à União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 353/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 535/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Araucária - APADVA, com sede e foro no município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 553/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Tenda Lar de Ogum, com sede em Piraquara e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 570/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 570/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina - AFEL, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.09.07.
(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Dikaion, com sede e foro na cidade de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria no estado do Paraná, o Programa de Obras para Captação e Armazenagem de Água Pluvial. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/07, que estabelece normas do processo administrativo fiscal de instrução probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das taxas de exercício do Poder de Polícia e de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Centro Social Betesda, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/07, 29/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 188/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Luizão, declara de utilidade pública a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede e foro na cidade de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “revogando as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.08.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 188/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Joaquim Romero Fontes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 033/07, de 23/04/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 288/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário a Joaquim Romero Fontes.

Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13115, de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dois requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 08 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos. Ainda, verifica-se que, conforme documento anexo, a presente proposição encontra-se dentro da quota de 8 projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O Sr. Joaquim Romero Fontes é atual Presidente da Sociedade Rural de Maringá, que apesar dos seus 90 anos de idade, realizou e comandou a maior e mais movimentada exposição agrícola EXPOINGÁ de Maringá. Pioneiro em Maringá, o segundo associado da COCAMAR de Maringá, agropecuário, primeiro Presidente da Sociedade Rural. Enfim, é uma pessoa que vem defendendo, em prol do interesse da comunidade, também do progresso e desenvolvimento do nosso estado do Paraná.

Portanto, peço a todos os companheiros que votem favoravelmente neste projeto para este grande homem que é o Sr. Joaquim Romero Fontes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal, solicitando aos Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto de autoria do Deputado Nishimori, que votem com a expressão SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação).

Sr. Presidente, votaram 49 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aprovado o projeto.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/07. O capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 512/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo aumentar o valor do capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Fundamentação - Legitimidade

O presente visiona aumentar o valor do capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741/97, tendo em vista a capacidade de integralização do capital por parte da mesma.

Nossa Constituição Estadual, em seu artigo 87, XX, normatiza que:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XX - mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Quanto à competência legislativa, indiscutível e legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de alteração a lei estadual cuja autoria partiu do próprio Poder Executivo, estando portanto, conforme os ditames legais vigentes em nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo.

Confirmando a legalidade do presente projeto de lei, importante mencionar que o autor bem observou a ressalva do texto constitucional estadual no que se refere a devida autorização desta Casa de Leis para o aumento do capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A.

No que concerne a técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela.

Nosso parecer é pela aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 21.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 512/07

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Poder Executivo, a presente proposição tem por finalidade fixar novo patamar para o capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criado pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas.

Pela proposta o estado do Paraná ficará autorizado a subscrever até 1.999.500 (um milhão, novecentas e noventa e nove mil e quinhentas) ações, no valor de R\$ 1.999.500.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e quinhentos mil reais), e a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, fica autorizada a subscrever até 500 (quinhentas) ações no total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

E ainda dispõe que a presidência do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S/A será exercida pelo Secretário de Estado da Fazenda, ou por representante por ele indicado.

A proposição recebeu parecer favorável, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, na

Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em voto elaborado pelo Relator Deputado Nereu Moura, vencidos votos contrários, fundamentados nos termos do voto separado subscrito pelo Deputado Reni Pereira.

O feito encontra-se nesta comissão, conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa, para receber parecer quando aos pressupostos constitucionais, legais e regimentais quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual, bem como atendimento a outras normas de ordem financeira/orçamentária.

Voto do Relator

O Poder Executivo justifica que o aumento de capital ora proposto será integralizado oportunamente, viabilizando desta forma atuar com maior ênfase em suas atribuições no desenvolvimento sócio-econômico do estado, inclusive com captação de recursos perante outras organizações.

Portanto, o fato de não haver, neste momento, previsão orçamentária específica para tal finalidade, a nosso juízo, não deve impedir a legislar neste momento quanto ao aumento de capital autorizado, posto que da mesma forma se procedeu quando da instituição da Instituição, ainda no Governo Jaime Lerner, quando o capital autorizado foi muito superior ao inicialmente integralizado e sem previsão expressa imediata no orçamento do estado.

Como qualquer alteração orçamentária será apreciada por este Legislativo no momento que a mesma será implementada, nada impede se aprovar o aumento de capital, sem estabelecer-se prazo para que isto ocorra.

Quanto ao fato do Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S/A poder ser um representante do Secretário de Estado da Fazenda e não necessariamente o próprio Secretário, a análise se restringe a questão de conveniência e oportunidade, o que também entendemos não haver prejuízo, posto que de responsabilidade direta do Secretário em indicar pessoa devidamente preparada para exercer tal encargo.

Em face destas considerações, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 512/07 e quanto ao mérito da proposta submetida pelo Poder Executivo a este Legislativo é a expressão da necessidade de se fortalecer o único organismo público estadual do Paraná para implementar políticas públicas às iniciativas tanto da área urbana, como também da área rural, a fim de atender as diretrizes governamentais para uma política de viabilizar os pequenos e médios empreendedores de nosso estado, com os esclarecimentos da Secretaria da Fazenda em anexo.

Sala das Comissões, em 03.09.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

OFÍCIO Nº 377/07 - GAB

Curitiba, 31 de agosto de 2007.

Senhor Deputado:

Em atenção ao Expediente nº 14/07/CF proveniente da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhado para V. Exa. os esclarecimentos devidos em relação ao Projeto de Lei nº 512/07 - Mensagem nº 027/07, em análise nesta Casa de Leis Estadual, prestados pela Agência de Fomento do Paraná S/A, conforme correspondência PRESI 1853/07.

Atenciosamente.

(a) HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

Ao. Exmo. Sr.

Deputado Nelson Justus

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Curitiba/PR

PRESI-1853/07

Curitiba, 31 de agosto de 2007.

Exmo. Sr.

Heron Arzua

Secretário de Estado da Fazenda

Nesta

ASSUNTO:

Ofício nº 14/07/CF (Comissão de Finanças - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná)

Senhor Secretário:

Reportando-nos ao expediente em epígrafe, o qual requer informações acerca do Projeto de Lei nº 512/07 - Mensagem nº 027/07, de autoria do Poder Executivo, cuja matéria refere-se ao aumento do capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, temos os seguintes esclarecimentos a prestar:

Preliminarmente, deve-se trazer à lume as definições adotadas pelo Direito, em situações envolvendo sociedades anônimas, para o perfeito deslinde da questão em debate, conforme segue:

Capital autorizado - Limite estatutário de competência da assembléia geral ou do conselho de administração para aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social.

Capital social - Montante de capital de uma sociedade anônima que os acionistas vinculam o seu patrimônio como recursos próprios, destinados ao cumprimento dos objetivos da mesma.

Capital social subscrito a integralizar - Parcela de subscrição que o acionista deverá pagar, de acordo com determinação do órgão que autorizou o aumento de capital de uma sociedade.

Capital social subscrito e realizado - Montante de capital social acrescido da parcela de subscrição paga pelo acionista.

Capital fechado (companhia de) - Empresa com capital de propriedade restrita, cujas ações não podem

ser negociadas em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

Pelas definições anteriormente elencadas, denota-se que os eventos indicados constituem-se em situações distintas, cada qual com sua peculiaridade técnica.

A Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6404/76) em seu Capítulo XIV, trata das modificações do capital social indicando as hipóteses para a adoção de tal sistemática, relativamente ao aumento do capital social.

Dentre as situações, destacamos:

- a reserva de capital constituída por ocasião do balanço de encerramento do exercício social e resultante da correção monetária do capital realizado;

- capitalização de lucros ou de reservas.

É de se salientar que, no acaso da Agência de Fomento do Paraná S/A, em nenhuma das hipótese retro citadas há a intervenção do estado do Paraná, na qualidade de acionista majoritário, utilizando-se de recursos orçamentários, tudo porque, os recursos visando o aumento de capital são provenientes dos resultados positivos da própria empresa.

A título ilustrativo, o Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC adota como procedimento que, o aumento de capital na sociedade de capital autorizado poderá ser decidido por Assembléia ou pelo Conselho de Administração, conforme estatuto.

Neste toada, em sendo a Agência de Fomento do Paraná S/A uma sociedade de capital autorizado, os aumentos de capital social podem ser deliberados, conforme anteriormente exposto.

Ademais, por ser a Agência de Fomento do Paraná S/A uma instituição financeira, os aumentos de capital social devem ser levados ao conhecimento do Banco Central do Brasil - BACEN para aprovação.

Exemplificando a situação em tela, temos que, uma sociedade anônima, empresa pública, como é a Agência de Fomento do Paraná, somente pode subcrever e integralizar capital até o limite de seu capital autorizado por lei.

Tecidas estas considerações preambulares, passamos a responder os questionamentos formulados pela nobre Comissão de Finanças da Casa de Leis Estadual.

1. Qual a origem dos recursos e se há um cronograma de aporte?

Resposta: Para a integralização de capital na Agência de Fomento do Paraná S/A para o exercício corrente, serão adotados os recursos oriundos do resultado positivo da instituição, ou seja, lucros e reservas. Assim, por ocasião da Assembléia Geral, poderá ser realizado o aumento de capital social, obedecido o capital legalmente autorizado.

Não obstante, a Agência de Fomento do Paraná S/A poderá ter seu capital aumentado com os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, conforme faculta o artigo 1º da Lei nº 13282/01, senão vejamos:

Art. 1º Os recursos do Fundo Estadual do Desenvolvimento Urbano, destinados ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento urbano das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná S/A, serão aplicados através das municipalidades e não integrarão a base de cálculo para efeitos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11741, e 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12401, de 30 de dezembro de 1998.

Tal medida legal foi efetivada em razão do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), que vedou a realização de operação de crédito entre um ente e outro da federação, mesmo que com recursos de fundos. A exceção, por imposição legal, passou a ser os empréstimos concedidos por instituição financeira, portanto, no caso do estado do Paraná, a Agência de Fomento.

Dispõe o artigo 35, *caput* e parágrafo 1º da LC nº 101/00:

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinam a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

Em razão dos recursos provenientes do FDU serem destinados a financiamentos para o setor público (municípios), os aportes do citado fundo na Agência de Fomento são efetivados de acordo com a demanda desta modalidade de concessão de crédito.

2. Esses recursos estão habilitados de acordo com a Lei Orçamentária Anual, compatíveis com o Plano Plurianual e ainda com a Lei de Diretrizes Orçamentária?

Resposta: Em razão de, no presente momento, as integralizações para os aumentos de capital da Agência de Fomento do Paraná S/A não estarem sendo efetivadas com recursos orçamentários, desnecessária a habilitação prévia na lei orçamentária.

Esclarecemos que, se, futuramente, o estado do Paraná, decidir aportar novos recursos na instituição financeira estadual, deverá prevê-los em orçamento, com a inclusão em rubrica específica nos pertinentes diplomas legais.

3. Qual a finalidade do aumento do capital social e da possível integralização?

Resposta: Conforme mencionado no projeto de lei encaminhado para a Assembléia Legislativa, o aumento do capital social autorizado da Agência de Fomento do

Paraná torna-se imperioso em razão de que, ao longo de sua existência, sofreu sucessivos aumentos de capital, estando atualmente com um capital integralizado de R\$ 733.787.000,00 (setecentos e trinta e três milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), tornando-se prudente o aumento de seu limite autorizado.

Saliente-se, ainda, que o patrimônio líquido (PL) da Agência de Fomento do Paraná para o mês de julho/07 importava na ordem de R\$ 886.025.000,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões, vinte e cinco mil reais), havendo, portanto, recursos a serem integralizados na empresa, no momento devido, o que fará com que o capital da instituição fique muito próximo ao legalmente autorizado.

Ademais, para que possa atuar com maior ênfase em suas atribuições como agente financeiro propulsor do desenvolvimento sócio-econômico do estado do Paraná, com a concessão de financiamentos de capital fixo e de giro, associado a projetos no estado do Paraná, conforme dispõe a Lei Estadual nº 11741/97 e a Resolução nº 2828/01 do Banco Central do Brasil - BACEN, podendo, ainda, realizar captações de recursos perante outras organizações.

4. A mensagem governamental salienta que o capital será integralizado no momento devido. Cabe perguntar, qual será “esse momento devido”?

Resposta: As integralizações de capital seguem a regra inserta na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6404/76, devendo tal aumento ser submetido à Assembléia Geral para aprovação, portanto, os aumentos de capital social efetivam-se com a realização de tais eventos societários, não havendo cronograma específico, eis que, os aumentos de capital estão intimamente ligados com o resultado positivo da empresa (aumento através dos lucros e reservas) ou dos aportes realizados pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, de acordo com a necessidade do aumento de recursos destinados ao financiamento do setor público.

Diante do exposto, acreditando ter prestado os esclarecimentos pertinentes à matéria, bem como, tendo a lei instituidora da Agência de Fomento do Paraná S/A (Lei nº 11741/97) fixado o capital social autorizado da empresa em R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), se faz necessária a autorização legal, para a adoção de novo marco para importe de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), conforme proposta encaminhada para essa prestigiosa Assembléia Legislativa.

Atenciosamente.

(a) ANTONIO RYCHETA ARTEN - Diretor Presidente

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, tenho uma dúvida que eu queria sanar com V. Exa. Na Ordem do Dia de hoje consta que há um parecer favorável da CCJ, em regime de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O parecer da Comissão de Finanças virá só amanhã durante o mérito, porque ele está na pauta, mas não consta aqui na discussão?

E outro detalhe, Sr. Presidente, estou em dúvida e queria aqui até pedir ao nosso ilustre Deputado Reni Pereira, estou preocupado porque eu não acompanhei essa matéria, mas tem um parecer contrário do Deputado Reni Pereira, e como o Deputado Reni Pereira é um especialista em Orçamento, Sr. Presidente, eu pediria a ele que se pudesse fazer um encaminhamento, porque estou em dúvida da constitucionalidade dessa matéria, por mais que tenha parecer favorável, até porque estou analisando aqui as contas do estado de 2006 e cita aqui no exercício de 2006 a questão do parecer prévio do Tribunal de Contas, que o estado tem algumas dificuldades, que não cumpriu algumas normas. Acho que, baseado nisso, não caberia tudo isso que vamos votar hoje.

Então, gostaria de ouvir, se não é pedir demais, o Deputado Reni, porque eu vejo aqui que no parecer que foi proferido pelo Deputado Nereu Moura a proposição recebeu parecer favorável quanto à sua constitucionalidade e legalidade. E na Comissão de Justiça desta Casa, em voto elaborado pelo Relator, Deputado Nereu Moura, vencidos os votos contrários fundamentados no termo do voto em separado, subscrito pelo Deputado Reni Pereira. E como o Deputado Reni Pereira, Sr. Presidente, é uma das pessoas que mais entende de orçamento, eu gostaria, se assim o Deputado nos permitisse, de ouvir dele para podermos até embasar o nosso voto, porque eu não acompanhei isso na CCJ e vejo que, pelo parecer prévio do Tribunal de Contas, o estado não teria condições de fazer esse investimento nessa empresa. Estou analisando aqui, item por item, e toda hora o Tribunal de Contas fala em ressalvas, que fez sem lei, que gastou além do que devia, não aplicou o que deveria aplicar.

Então, Sr. Presidente, estou preocupado com essa matéria e pediria ao nosso eminente Deputado Reni Pereira, mais uma vez, não forçando a barra, mas pedindo como membro desta Casa, cada um tem um dom aqui de nos informar, gostaria que V. Exa. nos dissesse por que o relatório de V. Exa. foi diferente, fizesse um encaminhamento nesse sentido para entendermos um pouquinho disso, porque eu estou muito preocupado por esse parecer prévio do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência esclarece que o projeto foi devidamente aprovado pela CCJ e também pela Comissão de Finanças, com esclarecimentos da Secretaria da Fazenda, em anexo, que também está publicado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade V. Exa. já adianta até o meu encaminhamento.

Quero dizer ao Deputado Jocelito Canto que eu não sou melhor do que nenhum Deputado. Na verdade, como

membro da CCJ, levantei algumas questões que V. Exa. acaba de explicitar e que a Secretaria da Fazenda acabou respondendo. E realmente a mensagem não atendia alguns itens ou deixava dúvidas quanto ao atendimento de alguns itens em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto poderia ser saneado na própria CCJ, não fosse, na verdade, o voto do Deputado Nereu Moura ter sido vencedor, que no meu relatório eu fiz um voto em separado pedindo justamente esses esclarecimentos e o Deputado Edson Strapasson, magistralmente, entendeu, num pedido do Deputado Elio Rusch, Antonio Belinati e da minha pessoa, um pedido de vistas no relatório do Deputado Elton Welter. Ele entendeu por bem esclarecer aquelas dúvidas que eram suscitadas na CCJ.

Quero dizer que esse projeto é uma previsão de aumento, não terá recurso orçamentário. O que eles vão tentar incorporar como aumento de capital é o retorno daqueles financiamentos que foram feitos lá pelo Jaime Lerner, do ICMS, etc e tal... e quando ele efetivar com verbas orçamentárias, ele vai efetivamente colocar na mensagem. Foi isto que nos explicou aqui, não só o Secretário da Fazenda, através de ofício, mas também o Presidente da Agência de Fomento que esteve aqui para explicar na Comissão de Finanças, presidida pelo Deputado Edson Strapasson.

Não sei se atendi a sua dúvida, Deputado Jocelito?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. atendeu e eu vou votar contra, porque V. Exa. deu um parecer, pode ser que eu seja o único, mas eu vou votar contra a questão da legalidade e amanhã vou me preparar para fazer uma emenda nesse projeto, porque acho que pela posição de parecer prévio do Tribunal de Contas, isto não poderia acontecer.

Vou votar contra, nem que seja sozinho. Já registro antecipadamente o meu voto.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, realmente foi suscitada a dúvida na Comissão de Finanças. Prontamente, inclusive, o Deputado Elio Rusch também fazia alguns questionamentos, fizemos os questionamentos a quatro mãos e remetemos ao Secretário da Fazenda. Ele, de pronto, respondeu todas as dúvidas dos membros da comissão. Acredito que as dúvidas foram sanadas, inclusive as respostas estão por escrito, apenas ao relatório que apresentamos.

Acredito, quero até fazer um apelo ao Deputado Jocelito, se houve ainda dúvida, após ler esta resposta remetida de forma emergencial pelo Secretário da Fazenda Heron Arzua, mas também subscrita pelo Presidente da Agência de Fomento, com certeza a resposta foi satisfatória.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Apenas no sentido de solicitar às Sras. e Srs. Deputados, independente de pertencerem ou não à base do Governo, o apoio a esta mensagem, porque todos os

esclarecimentos foram prestados pelo Secretário da Fazenda, através do Presidente da Agência de Fomento, que esteve aqui nesta Casa e junto com a Comissão de Finanças esclareceu todos os pontos que suscitavam dúvidas do eminente Deputado Reni Pereira.

Por isto que pedimos apoio. Certamente, Sr. Presidente, provavelmente o Deputado Jocelito Canto não tem nenhum trator para ser financiado, não precisa atender os agricultores da região de Ponta Grossa, certamente não tem compromisso com as políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano do nosso estado.

A Agência de Fomento está promovendo aumento de capital com base na possibilidade de capital autorizado e o capital que pode ser integralizado, absoluta transparência nessas relações. Projeto importantíssimo e peça apoio de todas as Sras. e Srs. Deputados para mais esse projeto que é, como disse o Deputado Reni Pereira, regular e que foi devidamente esclarecido. Esta Casa fez as Audiências que necessitava para poder ter o convencimento de votar, por isso peça o apoio de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado**, e que fique claro e conste na ata que o Deputado Jocelito Canto votou contra o item 11 da pauta.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, uma homenagem pela competência com que V. Exa. comanda as Sessões e para anunciar à Casa que estou dando entrada, ainda na Sessão de hoje, de um requerimento de solidariedade a uma pessoa negra que foi guindada ao posto de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa. Lamentavelmente, num site em Maringá, ofenderam o Ministro por ser negro, usando expressões como: "Saudade da escravidão," "Ele está servindo ao branco."

O Ministro está de parabéns pela sua atuação. Independente de ser Ministro do Supremo Tribunal Federal foi uma total falta de respeito, é racismo puro que temos que combater nesta Casa. É lamentável que alguém se atreva a usar um instrumento tão importante de comunicação como a internet para agredir alguém apenas por ser da raça negra. Então, Sr. Presidente, estamos entrando com um requerimento de solidariedade a esse Ministro, ofendido, agredido na sua honra e no seu íntimo, apenas por ser negro, mas um negro consagrado e aplaudido pela brilhante atuação no Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Item 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 091/07 de 13/08/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 583/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado, a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea, a ser realizada na primeira semana de agosto.

Fundamentação

Inicialmente, verifica-se que no tocante à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada no artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado.

Desta forma, o artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal, assim determina:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

A implantação da Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea, visa incentivar as doações de medula óssea no estado. Nesta condição, vejamos o disposto na Constituição Federal referente ao objetivo proposto no presente projeto:

Art. 196. A Saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Logo, verifica-se o respaldo constitucional quanto à matéria objeto do projeto e ausência de vedação quanto à pretensão de instituir a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea. Desta forma, se não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há disposição contrária a tal matéria.

Entretanto, o artigo 2º do presente projeto estabelece que as *despesas decorrentes correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário*. Neste sentido, deve-se observar a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que assim dispõe:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária financeira com a lei orçamentária anula e compatibilidade como plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (Gritos nossos)

Ou seja, não estão presentes no mencionado dispositivo do projeto os requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, em razão da ilegalidade aferida, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Diante do exposto e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do projeto de lei na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 583/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea, a ser realizada na primeira semana de agosto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba - NACEC, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 591/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de utilidade pública estadual o Núcleo de Apoio à Criança Excepcional de Curitiba - NACEC, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que cria a Frente Parlamentar Brasil/Japão do estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/07, de 08/08/07, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 021/07

P A R E C E R :

O Projeto de Resolução nº 021/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, objetiva instituir, no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná, a Frente Parlamentar Brasil-Japão.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece a capacidade de auto-administração do Poder Legislativo, dispondo que compete privativamente à Assembléia Legislativa do Paraná dispor acerca de seu funcionamento e organização, bem como elaborar seu próprio Regimento Interno.

Assim, dentro da competência que lhe é outorgada constitucionalmente, a Assembléia Legislativa elaborou seu próprio Regimento Interno, estabelecendo as formas como se poderá exercer a função legislativa, através de projetos de lei, resoluções ou decretos legislativos.

Verifica-se que o presente projeto adotou corretamente a forma de resolução, ao instituir uma Frente Parlamentar, vez que se trata de matéria de natureza regimental.

A técnica legislativa, igualmente observou as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Considerando que não acarreta ônus para a Assembléia e diante de sua legalidade e conformidade com o Regimento Interno, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Requerimentos

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2594, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente

de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, vou encaminhar favoravelmente, embora reconheça que seria mais fácil o autor do requerimento entrar em contato com a nossa Universidade Estadual de Maringá, a UEM, e ter essas informações. Essas informações estão no site da UEM e acho que ele deveria conversar com o Reitor, que poderia prestar todas as informações sem nenhum tipo de dificuldades.

Acho que o pedido de informações do Deputado Douglas Fabrício, embora seja válido, deveria ser reservado aqueles temas em que o autor tenha dificuldade em obter uma informação ou que ela seja uma informação tão relevante, tão importante, que não possa ser obtida normalmente.

As informações que ele pede nesse requerimento poderiam ser obtidas perante a instituição sem maior dificuldade. O Reitor da UEM, o professor Décio Sperandio é uma pessoa aberta ao diálogo, tem uma gestão democrática.

Encaminho favoravelmente, mas acho que esse tema não deveria ser tratado por pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 2623 a 2625, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2628 a 2630, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2633, de autoria dos Srs. Deputados Elio Rusch, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Antonio Belinati e Duílio Genari, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2634, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno, até porque é bom esclarecer que o convite tem data marcada.

Requerimento n° 2636, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar pela rejeição do presente requerimento, porque efetivamente a SANEPAR não é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Administração e que efetivamente temos que reconhecer que um tema igual a esse não deve ser objeto de pedido de informação, porque ele pode fazê-lo através da Comissão de Comunicação, da qual ele é Presidente, ou ainda a comissão a qual o Deputado Dobrandino preside, a Comissão Especial.

Encaminho contrariamente e gostaria de contar com o apoio de todos os companheiros que integram a base do Governo, porque é um pedido que está mal dirigido e pode ser tratado de uma forma muito mais objetiva e certamente até se ele perguntasse à própria Liderança do Governo, poderíamos esclarecer o porquê da servidora em questão. Por isso encaminhamos contrário.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, antes de fazer o meu encaminhamento, gostaria de solicitar que fosse feita a leitura do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1° Secretário Edgar Bueno que proceda à leitura do requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)
(**Procede à leitura do requerimento**)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O meu pedido é extremamente simples. Uma senhora chamada Lea Okseberg estava lotada nos cargos da SANEPAR. Ela foi exonerada pelo Sr. Governador Roberto Requião, por ter feito pagamentos escusos, sem notas, sem PADVs, pela SANEPAR. Ela foi exonerada. Pois bem, existe uma denúncia de que a mesma senhora, Sra. Lea Okseberg foi lotada em outro cargo público na Governadoria. Pois bem, peço aos Srs. Parlamentares para que aprovelem esse requerimento, porque se ela não está lotada, se ela não estiver atuando em nenhum órgão do Executivo, é ótimo.

Vamos esclarecer esse assunto. Agora, se ela estiver lotada, de qualquer maneira vamos saber, de qualquer maneira teremos essa informação, seja agora através do

requerimento ou através de uma outra investigação mais aprimorada.

Gostaria de pedir apoio por parte de todos os Parlamentares para aprovar esse requerimento. Peço o apoio dos Parlamentares de plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Deputado Marcelo Rangel, acompanhei recentemente notícias colocadas na imprensa que S. Exa. o Governador Roberto Requião teria sido um exemplo para o Paraná. Teria publicado todos os cargos como determina a lei. A lei determina que todos os cargos públicos devem ser evidentemente publicados em Diário Oficial.

Acho, Deputado Marcelo Rangel, que essa informação pode ser buscada até nesses dados, porque o Governo acaba de trazer uma informação que todos os cargos, tem se gabado o Governo, eu ouvi isso na imprensa que foi um dos poucos órgãos que anunciou todos os seus cargos. Pelo menos eu li isso na imprensa. E até cobrou que o Ministério Público não fez isso em outras Instituições.

Só lamento agora e fico preocupado com o discurso para a prática. O Governo anuncia que é transparente e agora acho que V. Exa. não encontrou isso nesse dito da publicação que V. Exa. vem pedir ao Líder do Governo, que apenas forneça essa informação, que não vejo nada de mais. É só saber se a pessoa está lotada ou não está lotada.

Acho que é importante aprovar esse requerimento para ver se essa funcionária existe ou não. O próprio Governador Requião, quando era Deputado, aqui fazia requerimento e gostava desse tipo de requerimento. A sua biografia mostra isso. Um Requião cobrador, um Requião autêntico, guerreiro, que queria sempre as informações.

Quero dizer que voto favorável a V. Exa. e lamento que as informações que o Governo se gaba aqui não esteve nos sites do Governo. E agora, Sr. Presidente, estou preocupado. O Governador acaba de anunciar que todos os atos oficiais serão on line, será tudo no computador. Estou preocupado. Isso é muito grave, vai trazer problemas. Vou deixar já registrado, tenho preocupação com esse negócio de computador, porque 1 dia funciona e 10 não.

Mas voto favorável ao Deputado Marcelo Rangel, porque acho que esse se gabar demais do Governo está fazendo com que não aconteçam as coisas.

Voto com o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

O meu encaminhamento é no mesmo sentido do Deputado Jocelito Canto. O Governo publica os cargos em comissão que tem seus funcionários pela internet. Acho que o Deputado Marcelo poderia conseguir dessa forma.

O SE. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Apenas para dizer ao Deputado Romanelli, salvo juízo em contrário, o requerimento tecnicamente está correto. O Deputado Romanelli fez menção que a SANEPAR não está vinculada à Secretária da Administração. Lógico que não está! Mas o requerimento que o Deputado Marcelo Rangel apresenta na Sessão de hoje, se refere a um pedido de informações e em relação a uma funcionária que estaria lotada na SANEPAR, e segundo as informações que tenho, não estaria mais. E que solicita agora no item 1 se ela está contratada junto ao Governo em cargo em comissão ou não. A quem tem que ser dirigida essa informação? À Secretaria da Administração. A Secretaria de Administração que tem que prestar essas informações. E se for afirmativo, ele pedemem que data ela foi nomeada e qual é o cargo.

Então, tecnicamente, o Deputado Romanelli me desculpe, mas o documento está muito bem redigido e está correto, de acordo com as normas legislativas. E dizer que tanto o Deputado Jocelito quanto o Deputado Péricles, já que todas as nomeações deverão ser publicadas, e se ela efetivamente foi contratada, já está publicada. Então, nada tem a mais em aprovar o requerimento, porque já está publicado. Se ela, efetivamente, foi contratada, se ela não foi contratada, prove-se, diz que não está contratada. Ou será que o Governo vai usar o mesmo artifício: publica um, depois republica, não vale o primeiro, vale o segundo e depois o segundo também já não vale mais.

Na verdade, acredito que não há nada de mais em aprovar este requerimento. Peço aos nossos Deputados, tanto da Situação como da Oposição, independente de quem quer que seja, vamos votar a favor do requerimento, não há nada de mais.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para informar, estou com o computador do nosso Deputado high-tech, Marcelo Rangel, está aqui publicado, na consulta de cargos em comissão da SEAP, Léa Oksemberg, RG, Governadoria 15 C, Chefia do Poder Executivo. Se o Deputado consultasse a internet, ele veria os resultados, do computador dele mesmo! Apenas um minuto para poder acessar a informação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o Deputado Marcelo Rangel se retira o requerimento?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Só gostaria de justificar o meu posicionamento. Agora sabemos que a Léa Oksemberg é, sim, funcionária da Governadora. Ela foi mandada embora pelo Governador e o Governador readmitiu. Estou retirando o nosso requerimento.

Muito obrigado, Deputado Romanelli!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Retirado pelo autor.

Requerimento nº 2617, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, subscrito pelos Deputados Fábio Camargo, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Durval Amaral e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2619, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2620, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2631, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Requerimento nº 2642, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, primeiro, na verdade, parece sem nexos a consulta, mas a realidade da Casa tem que se adequar. Vejo o Deputado Edgar Bueno, Marcelo Rangel e Jocelito Canto, que já estão na era cibernética. Quero consultar se esta Casa, no novo Regimento, vai regulamentar o uso deste dispositivo, porque pode ser que elimine, até, alguns requerimentos, como foi o caso, hoje.

Então, consulto a Mesa - não precisa me responder hoje - mas se eventualmente isto consta, porque não tem no nosso regulamento.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Quero convidar a todos os membros da Comissão Especial, que trata dos abusos do preço dos insumos para amanhã, às 10h, quando ouviremos várias entidades que testemunharão esses abusos, porque estamos elaborando um relatório.

Muito obrigado.

Às 10h, na sala das comissões.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 463 e 571/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 188, 288, 512, 583, 591/07 e do Projeto de Resolução nº 021/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 538 e 589/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1512/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6226, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CRISTIANO WALTER PRADO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

